

Teias de poder na Casa da Rainha de Portugal (séculos XIV-XV)*

Power Networks in the House of the Queen of Portugal (14th-15th Centuries)

Redes de poder en la casa de la reina de Portugal (siglos XIV-XV)

Isabel de PINA BALEIRAS

Doutora em História, Investigadora Colaboradora do Centro de História da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal; Investigadora Colaboradora do Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Colégio Almada Negreiros, Sala 320, Campus de Campolide 1099-032 Lisboa. Portugal. C. e.: isabelmariac@edu.ulisboa.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6752-144X>

Recibido/Received: 19/05/2025. Aceptado/Accepted: 19/04/2026.

Cómo citar/How to cite: (Chicago) Baleiras, Isabel de Pina. “Teias de poder na Casa da Rainha de Portugal (séculos XIV-XV).” *Edad Media. Revista de Historia* 27 (2026): 323-376.

(Harvard) Baleiras, Isabel de Pina (2026). “Teias de poder na Casa da Rainha de Portugal (séculos XIV-XV).” *Edad Media. Revista de Historia*, 27, 323-376.

DOI: <https://doi.org/10.24197/ttvwmt45>

Artículo de acceso abierto distribuido bajo una [Licencia Creative Commons Atribución 4.0 Internacional \(CC-BY 4.0\)](#). / Open access article under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License \(CC-BY 4.0\)](#).

Resumen: Este artigo debruça-se sobre a população nobre da Casa da Rainha de Portugal dos finais do século XIV a inícios do século XV, com o objectivo de examinar as suas estratégias e redes de poder. O estudo parte de três linhagens – Afonso, Pereira, Coutinho/Moura – e a perspectiva é diacrónica e comparatista, situando-se historiograficamente nos campos da História Política, do Género e da Nobreza. As fontes principais são as chancelarias de Fernando I, Mestre de Avis/ João

* Este trabalho foi feito ao abrigo do projecto de investigação “O Paço das Rainhas” (01541/2023), financiado pela Parques de Sintra-Monte da Lua, S.A, entre 1 de Março de 2024 a 30 de Abril de 2025. O presente texto não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

I e D. Duarte, e as crónicas de Fernão Lopes. O estudo sublinha a ascensão social das referidas linhagens na corte régia, ao longo de gerações e reinados, por via do sangue, casamento e oficialato régio.

Palabras clave: Portugal; Casa da Rainha; Casa do Rei; linhagens; séculos XIV-XV.

Abstract: This article focuses over the noble population of the the House of the Queen of Portugal from the late fourteenth to the early fifteenth century, with the aim of examining its strategies and power networks. The study is based on three lineages – Afonso, Pereira, Coutinho/Moura – and the perspective is diachronic and comparatist, situating itself historiographically in the fields of Political History, Gender History and History of Nobility. The main sources are the chancelleries of King Ferdinand I, Master of Avis/ João I and King Duarte, and the chronicles of Fernão Lopes. The study emphasises the social ascension of these lineages in the royal court, over generations and reigns, through blood, marriage and royal service.

Keywords: Portugal; Queen's House; King's House; Lineages; 14th-15th centuries.

Resumen: Este artículo se centra en la población noble de la Casa de la Reina de Portugal desde finales del siglo XIV hasta principios del siglo XV, con el objetivo de examinar sus estrategias y redes de poder. El estudio se basa en tres linajes - Afonso, Pereira, Coutinho/Moura - y la perspectiva es diacrónica y comparativa, historiográficamente situada en los campos de la Historia Política, del Género y de la Nobleza. Las principales fuentes son las cancellerías de Fernando I, del Maestre de Avis/João I y del rey Duarte, y las crónicas de Fernão Lopes. El estudio destaca el ascenso social de estos linajes en la corte real, a lo largo de generaciones y reinados, a través de los lazos de sangre, del matrimonio y de la oficialidad real.

Palabras clave: Portugal; Casa de la Reina; Casa del Rey; linajes; siglos XIV-XV

Sumário: Introdução; 1. Afonso; 2. Pereira; 3. Coutinho/Moura; Conclusões.

Summary: Introduction; 1. Afonso; 2. Pereira; 3. Coutinho/Moura; Conclusions.

Sumario: Introducción; 1. Afonso; 2. Pereira; 3. Coutinho/Moura; Conclusiones.

INTRODUÇÃO*

Neste texto, atentaremos em alguns dos indivíduos que se relacionaram com a corte régia de Portugal, em particular, com a casa da rainha e a casa do rei, entre o final de trezentos e os inícios de quatrocentos. O estudo foi feito a partir do levantamento das linhagens/famílias – Afonso, Pereira, Coutinho/Moura - a que pertenceram os referidos indivíduos com o objectivo de atender às redes sociais e de poder que circundavam a Coroa.¹ O contexto histórico em que se moveram estas

*Abreviaturas utilizadas: ANTT = Arquivo Nacional-Torre do Tombo; CHDA IV = *Chancelaria de D. Afonso IV*; CHDP = *Chancelaria D. Pedro I*; CHDF = *Chancelaria de D. Fernando I*; CHDJ I = *Chancelaria de D. João I*; CHDD = *Chancelaria de D. Duarte*; EG = “Esquema genealógico e temático de alguns membros da casa do rei e da casa da rainha de Portugal (final do séc. XIV-inícios do séc. XV)”; LD = “Livro de Linhagens do Deão”.

¹ Linhagem nobre pressupõe a “existência de um antepassado masculino comum, ao qual remontam todas estas linhas sucessórias, antepassado esse geralmente associado ao uso e

relações situa-se, em Portugal, entre o reinado de Fernando I (1367-1383), Guerra da Sucessão e reinado de João I (1384-1433) e reinado de D. Duarte (1433-1438), com alusões aos reinados de Pedro I e de Afonso V de Portugal, bem como aos reinados de Pedro I, Enrique II e Juan I de Castela. O período cronológico escolhido tem como ponto de partida o reinado fernandino – eixo da nossa tese de doutoramento –, a partir do qual, fixámos o surgimento, ou a ascensão de indivíduos pertencentes aos sobreditos grupos familiares. A sua selecção prendeu-se, pois, com a presença que tiveram na corte régia dos três reinados, e com o exemplo que os visados podiam trazer ao estudo das teias de poder que circundavam as casas régias. A necessidade de circunscrever o campo de análise, para não tornar difusa a sua leitura, levou-nos a sacrificar o estudo de outros grupos, como o dos alegados “Castro”, Meira, Abreu, Avelar, Pimentel, Cunha, etc., onde também se observam fortes dinâmicas de circulação de poder.

Neste artigo, não foi nosso propósito fazer uma reconstituição da casa da rainha de Portugal, nomeadamente, a de D. Leonor Teles (mulher de Fernando I), de D. Beatriz, sua filha; de D. Filipa de Lencastre (mulher de João I) e de D. Leonor de Aragão (mulher de D. Duarte), que têm sido estudadas,² mas, sim, buscar uma leitura diacrónica e comparatista –

transmissão de um nome identificador, o nome de família ou apelido.” Em Portugal, até ao final do séc. XIV, a estrutura de parentesco cognática sobreviveu (nomeadamente, em práticas sucessórias), não havendo “formas puras de agnatismo”. Em certas situações, o nome de família foi “transmitido por via feminina.” Bernardo Vasconcelos e Sousa, “Linhagem e Identidade Social na Nobreza Medieval Portuguesa (séculos XIII-XIV),” *Hispania*, 67, núm. 227 (2007): 895, <https://doi.org/10.3989/hispania.2007.v67.i227.65>.

² Vide os estudos de: Francisco da Fonseca Benevides, *As rainhas de Portugal, Estudo histórico*, reedição do texto de 1878-1879 (Livros Horizonte, 2007), 21-28, 35-38, 41-48, 207-255; Rita Costa Gomes, *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média* (Difel, 1995), 45-62; Ana Maria S.A. Rodrigues e Manuela Santos Silva, “Private properties, seigniorial tributes and jurisdictional rents: the income of the Queens of Portugal in the Middle Ages,” in *Women and Wealth in Late Medieval Europe*, ed. by Theresa Earenfight, (Palgrave Macmillan, 2010), 209-228; Manuela Santos Silva, “Os Primórdios da Casa das Rainhas de Portugal,” in *Raízes medievais do Brasil moderno*, Actas, 2 a 5 de Novembro 2007 (Academia Portuguesa da História, 2008), 27-41; Isabel de Pina Baleiras, *Fernando I de Portugal (1367-1383): Prática e Consciência de Poder*, tese de doutoramento em História, 2 vols. (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2025), vol. I, 1226-1345, <https://researchportal.ulisboa.pt/pt/studentTheses/fernando-i-de-portugal-1367-1383/>; idem, *Uma rainha inesperada, Leonor Teles* (Círculo de Leitores, 2012), cap. 2; idem, “Love, Calumnies, Murders, War, Ambition, and Survival at the Court of King Fernando and Queen Leonor Teles of Portugal (1367-1384),” in

perspectiva valorizada por outros investigadores—³ de parte da população nobre das três casas, partindo de referida base linhagista. Metodologicamente, cruzámos, pois, o estudo de mulheres em torno das rainhas, que nos últimos anos tem conhecido um notável desenvolvimento (tal como o estudo da realeza feminina em Castela, segundo Francisco de Paula Cañas Gálvez, que no seu recente trabalho conciliou a perspectiva da História Política com a da História do Género)⁴ com os estudos sobre a nobreza medieval da Península Ibérica, atravessando assim os campos da História do Género e da História da Nobreza, com a História Política, onde se inserem sempre as duas anteriores.⁵ As fontes pesquisadas foram, maioritariamente, as chancelarias dos reis de Portugal de Pedro I a D. Duarte, e as crónicas de Fernão Lopes sobre Fernando I e João I.

As casas reais (do rei, rainha e dos infantes/as) e a corte régia têm suscitado variadíssimos estudos historiográficos.⁶ Para a compreensão e enquadramento deste artigo, importa relevar o seu significado. O termo

Royal and Elite Households in Medieval and Early Modern Europe. More than Just a Castle, ed. Theresa Earenfight (Brill, 2008), 248-270; César Olivera Serrano, *Beatriz de Portugal, la pugna dinástica Avis-trastámara*, Anexo XXXV de Cuadernos de Estudios Gallegos (Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento, 2005), 219-229; Manuela Santos Silva, *A Rainha Inglesa de Portugal Filipa de Lencastre* (Círculo de Leitores, 2012), 180-207; idem, “The Portuguese Household of an English Queen: Sources, Purposes, Social Meaning. (1387-1415),” in *Royal and Elite Households in Medieval and Early Modern Europe*, 271-287; Ana Maria S.A. Rodrigues, *As tristes rainhas, Leonor de Aragão e Isabel de Coimbra* (Círculo de Leitores, 2012), cap. 5 e Apêndice 1; Inês Olaia, “Pela Graça de Deus Rainha de Portugal”: *Funções e Práticas da Reginalidade no Portugal Medieval*, tese de doutoramento em História (Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras), subcapítulos 3.6, 3.9, anexos A4, A5. <http://hdl.handle.net/10400.5/102687...>

³ José Augusto de Sottomayor-Pizarro, “A família e o parentesco na historiografia sobre a nobreza medieval portuguesa – um olhar,” *Guarecer. Revista Electrónica de Estudios Medievais* (2020): 154, <https://doi.org/10.21747/21839301/gua5a5>.

⁴ Francisco de Paula Cañas Gálvez, “‘Muger bien hermosa é del linaje del rey de Francia de la flor de lis’. Blanca de Borbón y su Casa: Oficiales, Redes Curiales y Representación del Poder Real en la Castilla de Mediados del Siglo XIV (1353-1361),” *POTESTAS*, no. 28 (2026): 13, <https://doi.org/10.6035/potestas.9234>.

⁵ Veja-se, a propósito, as vantagens de uma História comparada para “El estudio de la Casa de la Reina”: Diana Pelaz Flores, “Historia de las Mujeres em el siglo XXI a través del estudio de la Reginalidad medieval,” *Revista de Historiografía* 22 (2015): 125-126, <https://e-revistas.uc3m.es/index.php/REVHISTO/article/view/2648>.

⁶ Caroline Dunn e Elizabeth Carney, “Introduction: Royal Women and Dynastic Loyalty,” in *Royal Women and Dynastica Loyalty*, ed. Caroline Dunn e Elizabeth Carney (Palgrave Macmillan, 2018), 1-2.

“corte” provém, segundo o código trecentista de Alfonso X de Castela (r. 1252-1284), *Las Siete Partidas*, de dois étimos latinos: *cohors*, que significa local de encontro para os que honram e defendem o rei (noção de “corte” em *Especulo*, código anterior ao último, e de iniciativa do mesmo monarca), e *curia*, o “logar do es la cura de todos los fechas de la tierra”, sendo aí considerado o que cada um deve fazer segundo o seu direito e estado. Corte era, pois, o espaço físico onde está o rei, que na Idade Média podia mudar de acordo com o seu itinerário, e, simultaneamente, um espaço de poder, onde vassalos e oficiais serviam e aconselhavam o monarca, e onde os súbditos iam prestar tributo, solicitar justiça, ou tratar de outro assunto.⁷ A casa real seria o corpo formal que dava estrutura à corte, e que se ocupava das necessidades domésticas do rei.⁸

Em Aragão, as primeiras casas reais foram parcialmente definidas ao longo do século XIII, mas foi só no século XIV, em 1344 que o rei Pere IV promulgou um regulamento a seu respeito, *Ordinaciones de la Casa i Cort*, inspirado nas *Leges Palatinae* de Jaume III de Mallorca, seu primo, que tinham sido publicadas em 1337. As *Ordinaciones* compõem-se de 148 artigos, que definiram a organização hierárquica da *Casa i Cort*, as funções dos oficiais domésticos, administrativos e financeiros, além da etiqueta e decoro a imperar na Corte e no Palácio. Para a casa do rei foram apontadas cinco áreas de actuação –Câmara, Palácio, Administração, Finança, Capela–, por onde se distribuiriam “idealmente” 266 pessoas, titulares de 91 ou 92 ofícios distintos. Este modelo devia ser seguido por outras casas reais –apesar de as *Ordinaciones* e as *Leges Palatinae* nunca mencionarem a casa da rainha, nem existir uma regulação específica para

⁷ Alfonso X, *Las Siete Partidas*, ed. Imprenta Real, 1807 (Real Academia de la Historia, 2021), Partida Segunda, Tít. IX, Ley 27, 82-83; Manuela Santos Silva, “Regal Power and the Royal Family in a Thirteenth-Century Iberian Legislative Programme,” in *The Routledge History of Monarchy*, ed. Elena Woodacre, Lucinda H.S. Dean, Chris Jones, Russell E. Martin, Zita Eva Rohr (Routledge, Taylor & France Group, 2019), 70, 75-76; Caroline Dunn, *Ladies-in-Waiting in Medieval England* (Cambridge University Press, 2024), 8; Rita Costa Gomes, “Les déplacements de la cour portugaise”, *e-Spania*, nº 8 (2009): 9, 11.

⁸ Jorge Sáiz Serrano, “Accompagner et Servir le Prince – Structure et Fonctionnement de la Maison Royale d’Alphonse V d’Aragon,” in *Les Entourages Princiers à la Fin du Moyen Âge. Une Approche Quantitative*, dir. Alexandra Beauchamp (Casa de Velázquez, 2013), 131.

esta⁹ – mas, na prática, não o foi, pois, por exemplo, a Casa de Violante de Bar, duquesa de Girona, nora do rei (1384-1386), teve 143 pessoas, que ocuparam 66 posições, a Casa da rainha Maria de Castela, mulher de Alfonso V de Aragão, manteve cerca de 100 pessoas, entre 1420 e 1430, e a Casa de seu marido, no primeiro ano do seu reinado (1416), teve mais de 200 pessoas e 109 cargos.¹⁰ Sáiz Serrano, que estudou a Casa deste último, mencionou que o pessoal doméstico foi o mais regular, composto por 200 a 260 sujeitos, mas que a dimensão efectiva da casa oscilou ao longo do reinado, chegando a ter 421 indivíduos em 1446. Este valor aproxima-se do das casas do duque da Borgonha (em 1404) e do rei Carlos III de Navarra, com c. de 300 indivíduos, mas afasta-se do da corte do rei de Inglaterra, de 400 a 700 membros, na segunda metade do século XIV, ou do das casas dos reis de França, Charles VI e Charles VII, de 700 a 800 pessoas entre 1380 e 1461.¹¹ Em Portugal, sabemos que no reinado de Fernando I (1367-1383) o número de oficiais régios atingiu, pelo menos, o patamar de 677 indivíduos (entre domésticos, oficiais administrativos, de Justiça, Chancelaria, Finanças, Defesa e Segurança Pública)¹². Com João I (1385-1433), a sua Casa rondou os 390 moradores masculinos (e 180 para a Casa da Rainha D. Filipa de Lencastre).¹³ Castela, que não conheceu um regulamento similar ao de Aragão, conseguiu organizar a casa e a corte do rei, por acção de Juan I (1379-1390), que para o efeito mandou copiar as referidas *Ordinaciones*, não podendo, contudo, colher da obra o proveito desejado, devido à sua morte prematura. Em todo o caso, no final de trezentos, a corte régia reunia 400 a 500 membros.¹⁴

⁹ María Narbona Cárceles, “Noblas Donas. Las Mujeres Nobles em la Casa de la Reina de Aragón (1416-1458),” *STVDIVM. Revista de Humanidades*, 15 (2009): 91-92, 100-102.

¹⁰ Alexandra Beauchamp, “Les ‘Ordinacions de la Casa i Cort’ de Pierre IV d’Aragon et le Nombre des Serviteurs Royaux,” in *Les Entourages Princiers à la Fin du Moyen Âge*, 43, 46, 51; Lledó Ruiz Domingo, “Surrounding the Future Queen of the Crown of Aragon: Violante de Bar’s Household as Duchess of Girona (1384-1385),” *Royal Studies Journal (RSJ)*, 10, nº1 (2023): 110-111, 114-115; María Narbona Cárceles, “De la Casa de la Senyora Reyna. L’entourage domestique de Marie de Castille, épouse d’ Alphonse le Magnanime (1416-1458),” in *Les Entourages Princiers à la Fin du Moyen Âge*, 156, 164.

¹¹ Sáiz Serrano, “Accompagner et Servir le Prince”, 133, 144-146.

¹² Baleiras, *Fernando I de Portugal*, vol. I, 1155-1156.

¹³ Gomes, *A Corte*, 52.

¹⁴ Francisco da Paula Cañas Gálvez, “Structure et Organization de la Maison du Roi de Castille pendant la Seconde Moitié du XIV Siècle – Les Majordomes et la Chambre Royale de Jean I,” in *Les Entourages Princiers à la Fin du Moyen Âge*, 114, 117-118; Sáiz Serrano, “Accompagner et Servir le Prince”, 145.

Manuela Santos Silva, que se tem debruçado sobre a “Casa das Rainhas” no Portugal medieval, defendeu que esta, “mais do que a designação material de um edifício, constituía antes uma instituição de natureza social e administrativa que incluía um número elevado de senhoras –aias e ‘criadas’–, serventes, e oficiais, próprios, ou partilhados com o serviço do rei [...]”. A casa era composta por um conjunto de vilas, dado vitaliciamente pelo rei (ou sua família) à rainha na altura do seu casamento (*arras*), e que podia ser engrossado posteriormente, o que lhe permitia o usufruto “de direitos originalmente *reais*” destinados ao seu sustento e da sua *entourage*. A partir do reinado de D. Duarte, esta casa passou a designar-se *câmara*.¹⁵ – Todavia, o código *Las Siete Partidas* indica que “Cámara” era a palavra que “llamaron antiguamente á la casa de la reyna”, sublinhando-se que as donas e donzelas que a compunham deviam ser afastadas e guardadas dos maus homens e das mulheres más, em prol da “guarda del rey et de la reyna [...] por honra dellas mismas [...]e] por honra de sus parientes.” Na verdade, proteger estas mulheres, a rainha, as filhas, irmãs e parentes do rei é um imperativo que o legislador pede ao povo que atenda, “porque nom podria el rey seer bien guardado, si á ellas non guardasen.” Acresce que a desonra das donzelas também as afectava, “porque le tirarie buena fama [...] et le farie perder casamento” –objectivo que norteava muitas das jovens, que povoavam a casa da rainha.¹⁶

Las Siete Partidas informa-nos ainda sobre a estrutura feminina da casa da rainha, dividindo-a em três grupos: as mulheres que aí vivem continuamente “para facer servicio”; as outras, como as monjas e/ou freiras, ou as seculares, que vêm de outras partes, e vão lá fazer algum pedido ou apresentar algum agravo “de algun tuerto que les hoviesen fecho”; as servas e as “mugeres de outra ley”. Todas deviam ser defendidas de qualquer um que lhe fizesse mal dentro da casa da rainha, mas, se a molestada fosse a ama, “que diese la teta á alguno de los fijos del rey”, ou a covilheira “que sirviese á la reyna cutianamente guardándole sus panos o sus arcas”, o crime seria passível de pena de morte e confisco de bens. E isto, justifica, porque o leite que a ama, então, desse ao filho do rei poderia “seer que vernie por ello á grant enfermedat ó á muerte”. O crime com a covilheira teria particular significado, pois ela fora posta pelos “españoles

¹⁵ Silva, “Os Primórdios da Casa das Rainhas de Portugal,” 30-31, 33, 35; Ana Maria S.A. Rodrigues, *For the Honor of Her Lineage and Body: the Dowers and Dowries of Some Late Medieval Queens of Portugal* (Copyright 2007), ISSN 1645-6432-vol.5, nº 1, 5.

¹⁶ *Las Siete Partidas*, Partida Segunda, Tit. XIV, Leis II-III, 126, 128-129.

leales” como “igual de la señora”, sendo a “mas cutianamente privada de la señora”, sabendo, assim mais do que as outras “de sus fechos et suas poridades”.¹⁷

Pese embora a vigilância às mulheres da rainha –que por vezes funcionavam como agentes políticos de outros actores, alguns externos à casa¹⁸–, Nicola Clark defende que os homens não tinham restrição em aceder aos espaços femininos (pois, por exemplo, os vassalos Gonçalo Vasques de Azevedo e Juan Fernández de Andeiro visitaram e falaram com a rainha D. Leonor Teles na sua câmara),¹⁹ e que durante o dia as mulheres saíam em grupo, ou aos pares, não havendo prova de espaços vedados à sua presença. Só à noite, refere, é que as donzelas eram fechadas na sua câmara, sendo o seu controlo exercido por outras mulheres, preferencialmente, mais velhas e de estatuto elevado. O quebrar desta reclusão só poderia, pois, ocorrer por conluio com outras mulheres, como se observou com Maria Teles, irmã da referida rainha, que com a ajuda de uma “molher de sua casa”, fez entrar de noite, e “escusamente” na sua câmara, o infante D. João de Portugal, com quem, aí, acabou por casar *a furto*; ou com Katherine Howard, quinta mulher do rei Henry VIII de Inglaterra, que ao querer alegadamente encontrar-se com o seu primo e amante, Culpeper, recorria à sua aia, Lady Rochford, que servia de correio entre os dois, e lhes arranjava encontros.²⁰

O exposto sobre os membros da casa da rainha traz ainda à colação o conceito de serviço, *in casu*, o da pessoa real, o que Diana Pelaz Flores considera ser “una condición intrínseca a la mentalidade medieval”. O serviço régio, não só consolida o estado real do seu titular,²¹ como convinha à alta nobreza, que ao servir a família real, esperava, em retorno,

¹⁷ *Las Siete Partidas*, Partida Segunda, Tít. XIV, Ley IV, 129-130.

¹⁸ Núria Silleras Fernández, “‘Queenship’ en la Corona de Aragón en la Baja Edad Media: Estudio y Propuesta Terminológica,” *La Corónica*, a *Journal of Medieval Spanish Language and Literature*, ed. George D. Greenia, vol. 32.1 (Fall, 2003): 124-125.

¹⁹ Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, ed. Giuliano Macchi (Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1975), caps. CXXXIX, CXLVI.

²⁰ Nicola Clark, “Queen Katherine Howard: Space, Place, and Promiscuity Pre-and Post Marriage, 1536-1541,” *Royal Studies Journal (RSJ)*, 6, nº2 (2019): 92-94, 100-102, <https://doi.org/10.21039/RSJ.202>; Lopes, *D. Fernando*, cap. C.

²¹ Diana Pelaz Flores, “La Casa de la reina em la Península Ibérica em el siglo XIV. El ejemplo de Leonor de Castilla, reina de Aragón,” *Revista Escuela de Historia* no. 16 V 1 (2017), <https://www.researchgate.net/publication/323110179>; Dunn, *Ladies-in-Waiting*, 12.

ser servida por outros nobres de estado inferior, e outros. Esperava ainda encontrar nesta rede um bom casamento, ou/e colher benefícios materiais para si e suas famílias²² – tarefas que somadas à educação dos jovens nobres, constituiriam grande parte das obrigações das rainhas nas suas casas, como se notou em Isabel de Aragão (mulher de D. Dinis de Portugal), Leonor Teles, ou na rainha de Aragão, D. María de Castela.²³

As donas e donzelas²⁴ sobre as quais nos vamos debruçar pertenceram maioritariamente à média e baixa nobreza –ao contrário do que notou Diana Pelaz Flores para as mulheres da casa da rainha de Castela, no século XV, que procediam das principais famílias nobres e oligárquicas do reino–. Os estudos das casas régias e da acção política dos respectivos reinados evidenciam-nos o serviço e os casamentos que os Afonso, Pereira e Coutinho fizeram, para se firmar perto da Coroa, o seu principal sustentáculo, construindo pequenas redes familiares, que se consolidaram, como em Castela, no serviço à rainha,²⁵ e ao rei.

1. AFONSO (EG, BLOCO I)²⁶

Nas pessoas com o apelido Afonso (que podiam ou não pertencer ao mesmo ramo familiar/linhagem) distinguimos diferentes patamares. Um que está ligado aos comuns e ao oficialato régio, e outro que se encontra

²² Dunn, *Ladies-in-Waiting*, 30-31.

²³ Silva, “Os Primórdios da Casa das Rainhas de Portugal,” 34; idem, *A rainha inglesa*, 229; Olaia, “*Pela Graça de Deus Rainha de Portugal*”, 302; Baleiras, *Fernando I de Portugal*, vol. I, 487-488; Narbona Cárceles, “Noblas Donas,” 103.

²⁴ O termo “dona” é usado na documentação dos sécs. XIV-XV; só no séc. XVI é que a palavra “dama” surge nos textos manuscritos. As donzelas são as que “esperam ser ‘criadas e casadas’ pela rainha”, sendo o seu estado, por norma, transitório, ou seja, dura até casar. Desta feita, a câmara da rainha transforma-se numa “escola de jovens senhoras”. (Olaia, “*Pela Graça de Deus Rainha de Portugal*”, 190). O termo “damsel” (donzela) foi usado em fontes latinas e francesas entre meados do século XIII e meados do século XV. Houve donzelas casadas, o que sugere que esta designação indica o estado social/ocupacional que a visada ocupava dentro da casa real, e não o seu estado marital. Dunn, *Ladies-in-Waiting*, 22.

²⁵ Diana Pelaz Flores, ‘*Reynante(s) em Uno*’. *Poder y representación de la reina en la Corona de Castilla durante el siglo XV*, tese de doutoramento em Europa e o Mundo Atlântico: Poder, Cultura e Sociedade (Universidad de Valladolid/Instituto Universitario de Historia Simancas), 624, 630.

²⁶ Em complemento à leitura deste artigo, sugerimos a consulta do apêndice, “Esquema genealógico e temático de alguns membros da casa do rei e da casa da rainha de Portugal (final do séc. XIV-inícios do séc. XV)”, doravante, EG.

mais perto da Coroa de Portugal e de famílias nobiliárquicas distinguidas. No primeiro patamar, observamos as mulheres de oficiais régios, como Maria Afonso, *mulher de lopo gil nosso scpriuam da correçam d antre teio e odiana filha d alfomso perez e de Constança dominguez [...]*, que foi legitimada por Fernando I para que pudesse receber as doações e heranças de seus pais, parentes, ou de qualquer outra pessoa, com todos os direitos e honras que tinham os filhos legítimos, sem embargo de leis contrárias (13/2/1372).²⁷ Esta e outras cartas de legitimação de nascimento²⁸ correspondem a um tipo de documento que só podia ser passado pelo rei, o que nos sugere que os visados gozavam, já, de proximidade a este último. Maria Afonso, talvez, a tivesse por causa do serviço prestado pelo seu marido, mas também pelo eventual serviço prestado por seu pai ao rei, ou/e pela pressuposta ligação à nobreza (o grupo com maior faculdade para possuir e herdar bens) que a natureza da carta e o nome dos progenitores de Maria, em especial, o do pai, parecem apontar.²⁹

Outro exemplo de mulheres de oficiais régios é o de Inês Dias Afonso, mulher de Pedro Rodrigues da Fonseca, alcaide de Olivença em 1382, o qual recebeu de D. Fernando, de D. Leonor Teles e da sua filha, a infanta herdeira D. Beatriz, o quarto dos bens dos moradores de Sousel, perto de Olivença (22/11/1382) e, no ano seguinte, a confirmação da posse de juro e herdade de terras em Chaves (27/2/1383).³⁰ Outro caso foi o de Maria Afonso,³¹ mulher de Vasco Martins de Melo. Este último era cavaleiro, e recebeu de Pedro I de Portugal a coutada de duas partes de uma quinta, no termo do Alvito (2/12/1361).³² Com Fernando I, tornou-se guarda da porta do mar em Lisboa (1372) –tendo guardado na prisão, em 1382, o Mestre

²⁷ CHDF, Liv. 1, ff. 96-96v.

²⁸ Veja-se legitimações de membros Afonso: CHDF, Liv. 1, ff. 136, 172-172v.

²⁹ CHDF, Liv. 1, f. 96. O pai de Maria foi, talvez, um escrivão, que podia integrar a designada “nobreza de serviço” (CHDF, Liv. 3, ff. 42v., 56v., 90v.; Liv. 4, ff. 7v., 20-20v....), ou um dos clérigos apresentados por Fernando I para certas igrejas (vide exemplos em 1371: CHDF, Liv. 1, ff. 68v., 69v.; 1378: Liv. 2, ff. 30v., 33).

³⁰ CHDF, Liv. 3, ff. 17-17v., 40, 50v.

³¹ Identificada como Maria Afonso de Brito por Mariana Raquel Faria da Silva, no seu texto: “As mulheres que acompanharam as rainhas de Portugal. Os séquitos femininos de Leonor Teles, Filipa de Lencastre e Leonor de Aragão (1371-1445),” *Omni Tempore – Atas dos Encontros da Primavera 2020* (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2021).

<https://doi.org/10.21747/978-989-8969-96-5/omni6a5>, 152.

³² CHDP, doc. 616.

de Avis (irmão bastardo do rei) e o fidalgo Gonçalo Vasques de Azevedo— e guarda-mor e meirinho-mor no Algarve.³³ Recebeu o castelo de Beja (17/11/1372),³⁴ préstamos em pagamento de contias (em 7/6/1367 e 24/9/1378),³⁵ e duas doações mais amplas: a primeira, feita em conjunto com a rainha, outorgou-lhe terras nos almoxarifados da Guarda, Beja, Serpa e Santarém (10/9/1377);³⁶ a segunda conferiu-lhe todos os bens dos moradores do Algarve, que durante a terceira guerra fernandina, *esteueram e estam ora no senhoryo de castela em nosso desserujço* (13/2/1382).³⁷ Em 1383, quando a infanta D. Beatriz de Portugal casou, em Salvaterra de Magos, com Juan I de Castela, Fernando I nomeou Vasco Martins de Melo copeiro-mor da nubente (*e que servisse de toalha* o filho dele, Vasco Martins de Melo, *o moço*)³⁸ e a mulher, Maria Afonso, camareira-mor³⁹ de Beatriz.⁴⁰

Após a morte de D. Fernando, Vasco Martins de Melo serviu Juan I e Beatriz, herdeiros do trono, mas depois passou para o serviço do Mestre de Avis (o qual enfrentou os direitos dinásticos em Portugal dos reis de Castela, sendo aclamado rei, João I, nas Cortes de Coimbra de 1385), que lhe deu a alcaidaria de Santarém, e mercês em Beja (22/8/1384), entre outros bens, e o fez seu embaixador, a par de Lourenço Eanes Fogaça, no encontro preparatório do Tratado de Ponte do Mouro (que selou, a 1 de Novembro de 1386, o casamento entre João I e a donzela inglesa, D. Filipa de Lencastre).⁴¹ Maria Afonso, mulher de Vasco Martins de Melo, seguiu

³³ Lopes, *D. Fernando*, caps. LXXVI, CXLIII; CHDF: Liv. 1, ff. 13v., 116; Liv. 2, ff. 15v., 90v.; Liv. 4, ff. 23v., 27; Liv. 3, f. 5v., 51v.-52; João A. Mendes Neves, *A “Formosa Chancelaria” – Estudo dos originais da Chancelaria de D. Fernando (1367-1383)*, dissertação de mestrado (Universidade de Coimbra, 2005), doc. 86. https://www.academia.edu/85045908/A_Formosa_Chancelaria?f_ri=1937626

³⁴ CHDF, Liv. 1, f. 116.

³⁵ CHDF, Liv. 1, f. 13v. e Liv. 4, f. 27v.

³⁶ CHDF, Liv. 2, f. 15v. e Liv. 4, f. 23v.

³⁷ CHDF, Liv. 3, f. 5v.

³⁸ Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. I (Imprensa da Universidade de Coimbra, 1921), 415

³⁹ Inês Olaia salientou que a camareira, ou camareira-mor (se houvesse várias) “é a senhora que superintende todo o quotidiano”, sendo responsável “pela movimentação dos objectos da câmara”, e possivelmente também pelo ritual de vestir e calçar a rainha consorte, acompanhando, pois, o seu deitar e levantar da cama. Dorme junto dela, ou “junto à porta”, gozando da sua confiança pessoal. Olaia, *“Pela Graça de Deus Rainha de Portugal”*, 189-190.

⁴⁰ Lopes, *D. Fernando*, cap. CLXI.

⁴¹ CHDJ I, vol. I, tº 1, doc. 316; Lopes, *Crónica de D. João I*, 2 vols., Primeira Parte, ed. Teresa Amado (Imprensa Nacional-Centro de Estudos Comparatistas, 2017), caps. LXVII, CXXIV, CLXXVII- CLXXVIII; Lopes, *Crónica de D. João I*, II vol., ed. M.

certamente as pisadas do marido, pois João I deu-lhe a ela e a seu filho, Martim Afonso de Melo, os bens de Vasco, já falecido; contudo, depois retirou-lhos para os doar ao filho primogénito, Gonçalo Vasques de Melo, que não os recebera antes, porque *Jazia preso*.⁴² Os dois irmãos, Martim e Gonçalo, mantiveram-se perto da Coroa (o primeiro pertenceu ao Conselho de D. João I e ao de seu filho D. Duarte, sendo guarda-mor de ambos)⁴³ e obtiveram outras graças de D. João I e D. Duarte.⁴⁴

Os exemplos citados mostram, pois, como o serviço, seguramente reconhecido como bom e leal, que o alcaide Pedro Rodrigues da Fonseca e os oficiais Vasco Martins de Melo e seus filhos, Gonçalo e Martim, prestaram à Coroa, foi fundamental para a sua promoção social e a das suas famílias, *in casu*, as mulheres. Foi o que se observou com a mulher de Vasco Martins de Melo, que, tal como ele, ficou ao serviço da câmara da nova rainha de Castela, D. Beatriz de Portugal, *i.e.*, na sua área mais privada e selecta, e certamente com Maria Afonso, que foi legitimada por Fernando I, na altura em que o seu marido Lopo Gil era escrivão do rei entre Tejo e Guadiana.

Dentro do oficialato feminino, destaquemos agora as mulheres Afonso que ocuparam as funções de camareira e de aia de figuras régias (dois cargos, que podiam ou não equivaler).⁴⁵ No que respeita às primeiras, recordemos Mor Afonso, camareira da rainha D. Leonor Teles, que recebeu de Fernando I o préstamo na terra de Bálamo no almoxarifado de

Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto (Editora Livraria Civilização, 1990), caps. XVII, XXII, XLVII, LI, LXV, XC...; Silva, *A Rainha Inglesa*, 112-115.

⁴² CHDJ I, vol. I, tº3, doc. 1311.

⁴³ CHDD, vol. III, docs. 335, 485.

⁴⁴ CHDJ I, vol. IV, tº2, doc. 780 e vol. V, tº1, doc. 427; CHDD, vol. III, doc. 454.

⁴⁵ Olaia, “*Pela Graça de Deus Rainha de Portugal*”, 192-193. A aia devia acompanhar e servir a rainha, sua senhora, “garantindo o seu bem estar e integridade física e moral”; não se ocuparia da sua alimentação, mas ajudava-a a vestir, acompanhava-a nas suas deslocações e actividades de lazer, dormia com ela no mesmo espaço e estaria presente, na altura dos supostos partos, auxiliando as parteiras, e prestando aos infantes recém-nascidos os primeiros cuidados. [Fátima Regina Fernandes, “As potencialidades da função da Aia na Baixa Idade Média,” *Estudos de Historia de España VII* (2005): 80-81]. *Las Siete Partidas* referem que osaios dos filhos dos reis devem-lhes ser dados *después que fueren mozos, conviene que les den ayos que los guarden y los agracien en su comer y en su beber y en su hablar y en su continente [...]*; osaios devem ensinar aos infantes a maneira limpa e regrada de comer à mesa (não meter toda a comida na boca, lavar as mãos depois de comer e limpá-las a toalhas e não a vestidos, não cantar à mesa, etc). *Las Siete Partidas*, Partida Segunda, Tít. VII, Leis 4, 5.

Lamego (21/01/1381);⁴⁶ Maria Afonso (seria a dita Mor Afonso?), mulher de Vasco Martins de Melo, que se tornou, como mencionado, camareira – mor da filha da rainha, quando esta casou com Juan I de Castela.⁴⁷ Esta transferência de oficiais da mãe para a casa da filha, aqui presumida, baseou-se, certamente, no princípio da confiança que fazia com que o recrutamento tendesse a ser feito dentro, e não fora, destes círculos, oferecendo continuidade e estabilidade às casas reais, como apontou Theresa Earenfight. Esta prática, comum na Europa medieval, observou-se quando as filhas nasciam, mas também quando casavam, e até quando partiam para outro reino, como se notou com a dita Beatriz de Portugal, e antes, muito possivelmente, com Branca, filha de Afonso III de Portugal e neta de Alfonso X, *el Sabio*, ou com Blanche de Bourbon, mulher de Pedro I de Castela.⁴⁸

Relativamente às aias, citemos os exemplos de Leonor Afonso, aia do infante D. Dinis (filho de Pedro I de Portugal e meio-irmão de Fernando I), e de Violante Afonso, viúva do vassalo Diogo Gomes d'Abreu, que se tornou aia de D. Beatriz de Portugal, seguramente, desde Janeiro 1383.⁴⁹ Qualquer destas aias foi obsequiada pelo monarca em exercício, fosse, no caso da primeira, com a confirmação da honra de Fradelos, no termo de Vermoim (30/10/1360), ou com o préstamo de casas régias em Lisboa para que ela lá morasse *em sua vida* (27/12/1367),⁵⁰ fosse, no caso da segunda, com a entrega de bens do marido falecido (coutos nos termos de Monção e Melgaço, 3/2/1373; herdade em Valadares, 25/5/1374; reguengo em Rio Maior, 17/8/1379),⁵¹ além de privilégios para os lavradores de suas propriedades (9/3/1379, 24/1/1383) e de uma mercê para um seu protegido (14/1/1383).⁵² A esta última, ou seja, a *violante afonso aya da Rainha de castella*, o Mestre de Avis retirou, porém, todos os bens que ela *auja [...]* *por andar com el rrey de castella em deserujço destes regnos e senhor etc*, tendo-os dado a Vasco Martins de Melo, *o moço*, atrás mencionado (10/9/1384).⁵³

⁴⁶ CHDF, Liv. 2, f. 80v.

⁴⁷ Lopes, *D. Fernando*, cap. CLXI.

⁴⁸ Dunn, *Ladies-in-Waiting*, 65-66; Cañas Gálvez, “ ‘Muger bien hermosa’ ”, 20.

⁴⁹ CHDF, Liv. 3, ff. 65, 60-60v.

⁵⁰ CHDP, doc. 483, e CHDF, Liv. 1, f. 19; Leonor Afonso também deteve a honra de Lanhas, a norte de Braga, CHDJ I, vol. I, nº3, doc. 1226.

⁵¹ CHDJ I, vol. II, nº3, doc. 1560; CHDF, Liv. 1, f. 147 e Liv. 2, f. 46v.

⁵² CHDJ I, vol. II, nº3, doc. 1560; CHDF, Liv. 3, ff. 60-60v., 65.

⁵³ CHDJ I, vol. I, nº 1, doc. 442.

Houve também criadas Afonso. Ser criado do rei, ou da rainha, gerava um “parentesco artificial” entre as partes,⁵⁴ e implicava geralmente a educação do indivíduo e o zelo por lhe fomentar um futuro promissor, através de um casamento adequado, ou/e de um ofício na corte, ou/e da entrega de bens para seu sustento. Pedro I teve Inês Afonso, como sua criada, a quem outorgou a doação de uma quinta que em tempos fora do judeu Guedelha, *arrabi-mor* do reino (23/7/1365).⁵⁵ Depois, Fernando I confirmou-lhe a doação paterna da herdade de pão, a 2 de Janeiro de 1369 (seria a referida herdade do judeu?), que antes lhe tinha concedido a título temporário (5/2/1367 e 2/7/1368).⁵⁶ Esta Inês, que os dois monarcas obsequiaram, pode ter sido Inês Afonso, mulher do fidalgo Gonçalo Vasques de Azevedo, primo da rainha D. Leonor Teles, que em 1382 se tornou, pela mão de D. Fernando, primeiro marechal do reino. Contudo, antes desta nomeação, Inês intrigou junto do marido sobre o alegado adultério de D. Leonor Teles com o diplomata Juan Fernández de Andeiro (embaixador principal da aliança fernandina com Inglaterra – Tratado de Londres – e do Tratado de Salvaterra de Magos, que selou o casamento de Beatriz de Portugal com Juan I de Castela), o que levou Azevedo à prisão.⁵⁷ Gonçalo e Inês tiveram três filhos – Álvaro Gonçalves de Azevedo, Leonor Gonçalves de Azevedo e Martinho Gonçalves de Azevedo – que se cruzaram por casamento com famílias em ascensão na corte régia. O primeiro casou com Sancha d’Andeiro, filha do dito diplomata, consórcio supostamente arranjado por D. Leonor Teles para calar rumores sobre o adultério e a sua responsabilidade no cárcere de Azevedo; a segunda casou com Gonçalo Vasques Coutinho, que veio a ser marechal do reino com João I, tendo o casal recebido mercês deste último e de D. Filipa de Lencastre;⁵⁸ o terceiro foi para Castela, tendo gerado João Gonçalves de Azevedo e outros.⁵⁹

Fernando I teve também como sua criada, Leonor Afonso, a quem doou hereditariamente para a linha direita a lezíria da Verga, no almoxarifado de Santarém, tendo em conta os *encargos que tenho de*

⁵⁴ Fátima Regina Fernandes, “O Modelo de ‘Criatio’ Régio e Senhorial em Portugal (Século XIV),” in *Anais da XXIII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*, (Secretaria Estadual de Educação do Paraná, 2004), vol. XXIII, 179.

⁵⁵ CHDP, f. 113, doc. 1027.

⁵⁶ CHDF, Liv. 1, ff. 2, 29v., 35v.

⁵⁷ Lopes, *D. Fernando*, caps. CXXXIX, CXLI, CL.

⁵⁸ CHDJ I, vol. II, nº2, docs. 636, 639, 735; Freire, *Brasões*, vol. I, 55.

⁵⁹ Lopes, *D. Fernando*, caps. LXV, CXXXIX, CL.

lionor afomso minha criada e services que me fez por desemcarregar minha alma (10/4/1369),⁶⁰ estas razões indicam a importância que tinha o vínculo da criação e a responsabilidade que daí provinha; o facto de a doação ser hereditária revela o apreço do doador pela sua protegida.

As aias que serviram a rainha Leonor Teles, a sua filha Beatriz, e o seu cunhado, Dinis, foram todas obsequiadas por D. Fernando, o que sublinha a estreita ligação e dependência do oficialato feminino face ao rei, e a conexão entre a casa deste último com as casas da rainha, da filha e do irmão Dinis. Por outro lado, as criadas que serviram e foram agraciadas por Pedro I, como Inês Afonso, continuaram a ser favorecidos pelo seu sucessor, provando que o vínculo da criação não se extinguiu com a morte do primeiro, já que perdurou e foi valorizado, enquanto o respeito à memória de D. Pedro se mantivesse vivo, e a visada o merecesse.

Houve mulheres com o patronímico de Afonso, oriundas de um patamar social mais distinguido, que se consorciaram com linhagens da alta nobreza, como os Teles (*vide* EG, Bloco IV). Para o efeito, observemos a carta fernandina de legitimação de Maria Afonso (23/10/1372),⁶¹ filha de Maria Rodrigues Barba e do fidalgo João Afonso de Albuquerque, *o de Ataúde*, que foi mordomo-mor da rainha de Castela, D. Maria de Portugal, e de seu filho, o rei Pedro I de Castela (tio-avô de Juan I), de quem também foi aio, conselheiro e alferes. Por esta carta, ficamos a saber que Maria casou com Gonçalo Teles, irmão da rainha D. Leonor Teles. O nascimento e o casamento de Maria Afonso [EG/IV, Grupo A, 1.2.1. b) e 1.2.1.1. b)] fazem dela um belo exemplar do cruzamento linhagístico de famílias da alta nobreza, com filiação nas coroas de Portugal e de Castela. Maria era, pois, neta paterna de Afonso Sanches, filho bastardo do rei D. Dinis de Portugal (bisavô de Fernando I, EG /IV, Grupo A, 1.2.), e bisneta de Teresa Sánchez (filha bastarda do rei Sancho IV de Castela), e de João Afonso Telo II, senhor de Albuquerque, primeiro conde de Barcelos (desde 1298) e tio-avô da rainha D. Leonor Teles (EG/IV, Grupo A, 1.).⁶² Maria Afonso tornou-se condessa de Albuquerque e conservadora do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde,

⁶⁰ CHDF, Liv. 1, ff. 41v-42.

⁶¹ CHDF, Liv. 1 ff. 106v.-107.

⁶² *Portugalliae Monumenta Historica*, vol. I, “Livros Velhos de Linhagens”, ed. Joseph Piel e José Mattoso (Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1980), LD 6BF9 e 6BG10; José Mattoso, “A Nobreza Medieval Portuguesa No Contexto Peninsular,” *História: Revista Da Faculdade De Letras Da Universidade Do Porto* 15, nº2 (2019): 1037. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5507>.

título e encargos que herdou de seus pai e avós e que, à morte dela, passaram ao seu filho (Martinho de Meneses) e depois ao seu neto (Fernando de Meneses).⁶³

O facto de Maria casar com Gonçalo Teles, irmão de D. Leonor Teles, que se tornou conde de Neiva por influência desta última, segundo o cronista Fernão Lopes, reforçou, certamente, o lugar de Maria Afonso na corte régia portuguesa e a sua eventual proximidade à Casa da Rainha. Efectivamente, e como sublinhou Caroline Dunn, as rainhas tendiam a recrutar para a sua casa as mulheres que pertenciam às suas extensas redes sociais, favorecendo, acrescentamos nós, os parentes delas.⁶⁴ Foi o que ocorreu, aparentemente, em Castela, na Casa de Blanche de Bourbon.⁶⁵ E o que se verificou em Portugal, por exemplo, com os dois irmãos de Maria Afonso, Fernando Afonso de Albuquerque e Brites de Albuquerque [EG/IV, Grupo A, 1.2.1.3.b) e 1.2.1.2.b)], filhos dos mesmos pais, que se elevaram na corte por acção de D. Leonor Teles, que ao primeiro “fez” mestre de Santiago de Portugal (em 1381),⁶⁶ e à segunda fez mulher do seu irmão João Afonso Telo IV, almirante de Portugal (que veio a ser conde de Barcelos, a par e depois da morte do seu homónimo tio, João Afonso Telo III, o chamado *conde velho*). O dito mestre de Santiago e o conde de Neiva participaram, em Elvas e Badajoz, nas celebrações e na festa de casamento da infanta D. Beatriz de Portugal com o rei Juan I de Castela, em Maio de 1383.⁶⁷ É provável que Maria Afonso, a mulher do conde de Neiva, e tia por afinidade da noiva, também tivesse estado presente, embora não tenhamos registo do seu nome. Após a morte de Fernando I, o mestre Fernando Afonso de Albuquerque seguiu o partido do Mestre de Avis/João I de Portugal, tendo sido um dos seus embaixadores em Inglaterra a firmar o Tratado de Windsor (9/5/1386).⁶⁸ Morreu após regressar a Portugal, deixando uma filha pequena, Loria –que apelidaram de D. Joana, por ser neta de João Afonso de Albuquerque, *o de Ataúde*, [EG/IV, Grupo A, 1.2.1.3.1.b)]– e que João I criou em sua casa,

⁶³ CHDD, vol. I, t.2, doc. 838.

⁶⁴ Dunn, *Ladies-in-Waiting*, 49.

⁶⁵ Cañas Gálvez, “ ‘Muger bien fermosa’ ”, 29, 34, 57.

⁶⁶ Lopes, *D. Fernando*, cap. LXV.

⁶⁷ Idem, *ibidem*, caps. CLXI, CLXIV, CLXVII; Salvador Dias Arnaut, “A Crise Nacional dos Fins do século XIV, I, A sucessão de D. Fernando”, dissertação de doutoramento, 2 vols. (Universidade de Coimbra, 1960), vol. II, 384-388.

⁶⁸ Lopes, *D. João I*, II vol., caps. LXXVIII-LXXXI.

até a consorciar com o marechal Gonçalo Vasques Coutinho, então, viúvo de sua primeira mulher.⁶⁹

Os Afonso observados neste texto provaram, pois, estar em ascensão na corte régia, desde Pedro I a João I de Portugal. Os serviços prestados ao rei/rainha permitiram-lhes obter mercês e aceder a casamentos prestigiantes, o que, no seu conjunto, os elevou aos patamares da nobreza mais ilustre.

2. PEREIRA (EG, BLOCO II)

Os de Pereira também alargaram a sua esfera de influência por via dos serviços ao rei/rainha, ou/e aos casamentos com outras famílias.

Observemos, pois, Rui Pereira, filho bastardo do prior do Hospital, Álvaro Gonçalves de Pereira, e de Iria Gonçalves, que serviu Fernando I, tendo este remunerado o cavaleiro com várias mercês.⁷⁰ Rui casou com Violante Lopes (EG/Bloco II, 1.2.1.3.) e ambos foram agraciados com a vila de Montargil por D. Fernando e D. Leonor Teles (17/6/1373).⁷¹ Após a morte do monarca (1383) e de Rui Pereira (1384), esta vila e outros bens foram confirmados pelo Mestre de Avis, então intitulado Regedor e Defensor do Reino, à viúva, e demais herdeiros e sucessores do cavaleiro (em 8/9/1384, 14/10/1384 e 3/10/1386)⁷².

Em 1387, por ocasião das bodas do já rei D. João I com D. Filipa de Lencastre, a filha de Rui, Berengária Nunes de Pereira (EG/II, 1.2.1.3.1.), ficou como donzela da nova rainha, quando o monarca constituiu a casa de sua mulher. Nesta casa, houve, aliás, outras donzelas Pereira, como Beatriz Pereira (EG/II, 1.1.1.2.), filha do marechal Álvaro Pereira (EG/II, 1.1.1.),⁷³ e Leonor Pereira (EG/II, 1.1.1.3.), sua irmã lédima, que auferia,

⁶⁹ Lopes, *D. João I*, II vol, cap. LXXXIX.

⁷⁰ Rui recebeu a terra de Figueiredo, em pagamento dos seus maravedis a 10/8/ 1372 e a 13/7/ 1376 (CHDF, Liv. 1, ff. 110v., 194v.); tornou-se alcaide de Santarém (12/4/1373), uma das vilas mais emblemáticas de Fernando I e Leonor Teles (*ibidem*, Liv. 1, f. 119).

⁷¹ CHDF, Liv. 1, ff. 126-126v.

⁷² CHDJ I, vol. I, nº1, docs. 279, 537; CHDJ I, vol. V, nº1, doc. 220.

⁷³ Álvaro Pereira, filho de Rui Gonçalves Pereira e neto do conde D. Gonçalo Pereira, era primo em primeiro grau do prior do Hospital, Álvaro Gonçalves Pereira, e em segundo grau de Nuno Álvares Pereira. Nas Cortes de Coimbra de 1385, João I nomeou-o *Marechall da oste*. Felgueiras Gayo, *Nobiliário de Famílias de Portugal* (Tipografia Augusto Costa & Cª Lda., 1939), t. XXII, 171; Lopes, *D. João I*, II vol., caps. I, XCVI.

por volta de 1402, uma moradia (subsídio régio mensal⁷⁴) de 600 libras régias, tendo casado depois com Gomes Freire.⁷⁵

O cruzamento da casa da rainha com a casa do rei era uma evidência, não só porque havia oficiais comuns,⁷⁶ como alguns eram familiares das donzelas e donas da rainha, e próximos do rei. Foi o caso, por exemplo, de João Álvares Pereira (EG/II, 1.1.1.1.), irmão das sobreditas Beatriz e Leonor Pereira, que serviu João I, tendo sido obsequiado por este com a doação de juro e herdade das terras de seu pai.⁷⁷ Os filhos dele, Catalina Pereira (EG/II, 1.1.1.1.1.) e Fernando Pereira (EG/II, 1.1.1.1.2.), auferiram igualmente benesses régias, pois a primeira, ao casar com João d'Albuquerque, cavaleiro da Casa do Infante D. Henrique (filho de João I), recebeu deste em *arras*, com o consentimento do monarca, as terras de Figueiredo e Cequins que eram da Coroa (21/2/1428); o segundo, escudeiro da Casa do Infante D. Duarte, recebeu, a seu rogo, a confirmação joanina da doação da terra de Refóios, e outras, que seu pai lhe dera, mas que pertenciam à Coroa (29/2/1428).⁷⁸ D. Duarte confirmou, aliás, a este último e ao pai dele, João Álvares Pereira, todas as doações que João I lhes outorgara (19/11/1433).⁷⁹

⁷⁴ A.H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, dir. de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques (Editorial Presença, 1987), 251-253.

⁷⁵ Lopes, *D. João I*, II vol., cap. XCVI; *Monumenta Henricina* (Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960), vol. I, 289. Segundo Jorge Faro [*Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*], (Lisboa: Centro de Estudos Económicos, 1965), 42], Leonor Pereira auferia 6.000 libras. Esta terá sido, ou não, abadessa do mosteiro de Vila do Conde; D. Duarte firmou com ela uma avença, em 1435, sobre as dízimas da mercadoria vinda da foz do Rio Ave, CHDD, vol. I, tº2, doc. 741 e CHDD, vol. III, doc. 686.

⁷⁶ Por exemplo: Gil Eanes, ouvidor da rainha D. Leonor Teles e corregedor de Fernando I na sua Corte (CHDF, Liv. 4, ff. 13v.-15); Gonçalo Lourenço, escrivão de Fernando I e escrivão de D. Leonor Teles [CHDF, Liv. 3, f. 64v.; Academia das Ciências de Lisboa, Reservados (ACL, Res.) 11.2./2, doc. 35]; Afonso Martins, escrivão da puridade de João I e vedor da casa de D. Filipa de Lencastre; Lourenço Eanes Fogaça, chanceler de João I, e governador da fazenda da rainha D. Filipa de Lencastre (Lopes, *D. João I*, II vol., caps. I, XCVI); Rui Fernandes, ouvidor da rainha D. Leonor de Aragão e oficial do Desembargo de D. Duarte; Rui Mendes, *pousentador moor* de D. Duarte, sua mulher, filhos e irmãos (CHDD, vol. III, docs. 111,151, 364).

⁷⁷ CHDJ I, vol. II, tº1, doc. 193; Freire, *Brasões*, vol. I, 310. Em 1416 e 1417, João Álvares Pereira participou em actos da corte régia: CHDJ I, vol. III, tº3, docs. 1189, 1220.

⁷⁸ CHDJ I, vol. IV, tº 2, docs. 674 e 675.

⁷⁹ CHDD, vol. I, tº1, doc. 47.

Nos exemplos acima, constata-se, por um lado, a continuidade de mercês aos Pereira entre os reinados fernandino e joanino e, por outro, que a graça outorgada por João I a alguns deles, como João Álvares Pereira, foi continuada e desenvolvida pelos infantes, seus filhos que os integraram nas suas casas e mercê.

Outra questão a salientar no seio das casas régias é a dos casamentos arranjados pelos reis/rainhas para os seus moradores/protegidos. As sobreditas Beatriz Pereira e a sua prima Berengária Nunes Pereira, entre outras, foram coagidas por João I a casar de um dia para o outro: ‘*Mandavos dizer el Rei que vos façaes prestes pera esposar de manhaã*’, *sem mais dizendo com quem*. Desta forma, e sem o contradizer, a primeira casou com Martim Vasques de Resende,⁸⁰ e a segunda com Afonso Vasques Correia (um dos apoiantes da aclamação régia do Mestre de Avis),⁸¹ tendo cada uma recebido 50.000 libras, *afora os apostamentos que ouveram pera sua voda*. A forma como o rei comunicou aos nubentes o casamento respectivo desagradou a todos, mas João I, que pretendeu *guardar de ffeia queda [...] as molheres de suua casa*, só soube mais tarde deste descontentamento, tendo-se justificado que dera *maridos assaz comvinhaves pera ellas*, e que lhes faria dar muitas mercês.⁸² Este episódio suscita-nos várias observações: ressalta-nos as recompensas materiais que os nubentes recebiam do rei, ou/e rainha, quando os casamentos eram arquitectados por eles, muitas vezes em recompensa de bons e leais serviços prestados (e a prestar), costume que se observou em outras cortes europeias;⁸³ recorda-nos a recomendação de *Las Siete Partidas* sobre a necessidade de vigiar a castidade das donzelas, que referimos no início deste texto; e aponta-nos o facto de as visadas, tidas como donzelas da rainha, serem consideradas pelo rei como integrantes da sua própria casa e responsabilidade, provando o poder da interferência régia na casa da

⁸⁰ Martim era filho de Gil Vasques de Resende e de uma neta de Lopo Fernandes Pacheco. Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Os Pimentéis: Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*, (Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000), 211, 214.

⁸¹ Afonso Vasques Correia, criado e escudeiro de D. Fernando, foi alcaide-mor de Abrantes deste monarca (tal como o seu pai, Vasco Gomes Correia, o fora com Afonso IV) e recebeu dele a terra de Gondomar, em 9/10/1380, que João I lhe confirmou; este último deu-lhe também uma quinta em Elvas. Lopes, *D. João I*, Primeira Parte, cap. CLXXXII; Gayo, *Nobiliário*, t. XII, 27; CHDF, Liv. 2, f.71v.; CHDJ I, vol. V, tº1, doc. 185.

⁸² Lopes, *D. João I*, II vol., caps. XCVI, CXXXVIII.

⁸³ Como a dos reis Edward II e Edward III. Dunn, *Ladies-in-Waiting*, 94-96.

rainha, e a estreita ligação que havia entre esta e a casa do rei, como aliás se observou também na corte inglesa de Henry VIII.⁸⁴

Dentro dos Pereira, houve ainda outros casamentos arranjados pelo monarca. Foi o caso de Diogo Pereira (EG/II, 1.2.1.3.1.1.; criado de D. João I, governador da casa de seu filho, o infante D. João, comendador-mor da Ordem de Santiago e alcaide de Mértola; em 1402 ocupava o décimo terceiro lugar da lista dos grandes que acompanhavam D. João I, auferindo deste 6.900 libras mensais)⁸⁵ *que o dicto senhor casara* com Maria de Resende (suposta filha legítima do sobredito Martim Vasques de Resende, e igualmente criada de D. João I). O monarca prometeu ao casal 2.000 coroas pelo seu casamento, pagas, depois, em forma de tença, as quais só foram totalmente liquidadas por D. Duarte a Maria de Resende, já viúva.⁸⁶ Esta última integrou a Casa da Rainha D. Filipa de Lencastre (talvez, após ter enviuvado), recebendo 1.200 libras de moradia em 1402.⁸⁷

Maria de Resende, ao ser criada de João I e, depois, dona da casa de sua mulher, representa, pois, um dos casos de ligação e continuidade entre a casa do rei e a casa da rainha. Constitui também um exemplo do que pode ter sido a vida de uma donzela na corte régia: em criança ou/e jovem, foi criada de João I, o que significa que deve ter entrado cedo para a casa dele –facto que potenciava, como atrás aludimos, uma especial protecção do senhor/a para com o seu pupilo– tendo provavelmente recebido educação (latim, francês, música, dança, etiqueta, boa conversação?) que a preparou para a vida de corte, e para um casamento com um vassalo régio. Na idade adulta, casou-se, pois, com Diogo Pereira, um criado e oficial do rei, ou seja, alguém que a não desprestigiou, e que promoveu o seu lugar na corte, tornando-se certamente numa das donas da casa da rainha, e depois, sua moradora, quando possivelmente já era viúva.⁸⁸

Outros exemplos de união dos Pereira com outras famílias da corte joanina foram os de Genebra Pereira (sobrinha bisneta do prior do Hospital, Álvaro Gonçalves Pereira),⁸⁹ que se consorciou com Martim Afonso Miranda (EG/II, 1.2.2.1.1.1.), e o de Gonçalo Pereira, o *das Armas*

⁸⁴ Idem, *ibidem*, 62.

⁸⁵ CHDJ I, vol. IV, tº1, doc. 182 (21/11/1420); *Monumenta Henricina*, vol. I, p. 282.

⁸⁶ CHDD, vol. III, docs. 194 e 189; Manuel Abranches de Soveral e Manuel Lamas de Mendonça, “*Ensaio sobre a Origem dos Resende/Sodré*,” Separata da Revista *Armas e Troféus* (Instituto Português de Heráldica, IX série, 2008), 102-103.

⁸⁷ *Monumenta Henricina*, vol. I, 289.

⁸⁸ Dunn, *Ladies-in-Waiting*, 47-48, 70.

⁸⁹ Gayo, *Nobiliário*, t. XIII, 101, e t. XXII, 189-190.

(sobrinho neto do dito prior) que casou com Mécia Miranda (EG/II, 1.2.2.2.1.).⁹⁰ Ressalte-se, por outro lado, que estes nubentes Miranda eram netos de Afonso Peres (da Charneca), escrivão da puridade do rei Fernando I, o que aponta, mais uma vez, para a continuidade de famílias entre os reinados fernandino e joanino.⁹¹ Esta continuidade observou-se igualmente no reinado seguinte, quando, por exemplo, Maria de Vasconcelos (EG/II, 1.2.1.1.1.), filha de Leonor Pereira (que por sua vez era filha do prior do Hospital, Álvaro Gonçalves Pereira), foi uma das donas da Casa da Rainha D. Leonor de Aragão (mulher de D. Duarte). Maria de Vasconcelos acompanhou esta rainha, quando ela enviuvou e se tornou regente do reino (1438), e quando partiu para o exílio, em virtude do conflito com o seu cunhado, o infante D. Pedro, que nas Cortes de Lisboa de 1439 foi proclamado regedor do reino até à maioridade de seu sobrinho, Afonso V.⁹² Violante Álvares Pereira (EG/II, 1.2.1.2.), outra filha do referido prior, que morava em Évora, recebeu de D. Duarte privilégios para os seus caseiros e, a seu rogo, a dispensa ao clérigo João Afonso de dar aposentadoria em Arraiolos.⁹³

Todos estes exemplos reforçam a presença em ascensão dos Pereira na corte régia, desde a segunda metade de trezentos até às primeiras décadas de quatrocentos (limite deste estudo). Tal como nos Afonso, o alargamento da esfera de influência dos Pereira atravessou gerações e reinados, ficando a dever-se aos serviços prestados por alguns (como Álvaro Gonçalves Pereira, prior do Hospital, que serviu Afonso IV, Pedro I e Fernando I; o seu filho Rui Pereira, e outros;⁹⁴ ou o seu primo, Álvaro Pereira, marechal), cujas filhas e netas ingressaram na casa da rainha (vide Berengária Nunes Pereira, filha de Rui Pereira, e donzela da Casa de D.

⁹⁰ Gonçalo Pereira, *o das Armas*, “Foi chamado o das Armas de Riba de Vizella por viver na Ribeira de Vizella Sr. Da Caza, e Senhorios de seu Pay [...]”. Gayo, *Nobiliário*, t. XXII, 189-190.

⁹¹ “A adopção do nome de família Miranda deve ter-se feito por via materna, como é corrente do século XV, tratando-se, ainda por cima, de ilegítimos”. Gomes, *A Corte*, 52.

⁹² Rodrigues, *As tristes rainhas*, 178-182, 195, 197.

⁹³ CHDD, vol. III, docs. 476, 475.

⁹⁴ Tais como Pedro Álvares, que sucedeu ao pai no priorado; e Nuno Álvares Pereira, escudeiro da rainha D. Leonor Teles, que ascendeu a Condestável do Reino com João I, que fez dele o maior donatário de Portugal. “Livro de Linhagens do Conde D. Pedro”, vol. II/1, 21G15; CHDP, docs. 337, 357; CHDF, Liv. 1, f. 160v.; Lopes, *D. João I*, Primeira Parte, caps. XXXII-XXXIII; CHDF, Liv. 2, f. 77; Manuela Mendonça, “Prefácio,” in *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira* (Academia Portuguesa da História e Quidnovi), 2011.

Filipa de Lencastre; ou Maria de Vasconcelos, neta do prior, e donzela da Casa de D. Leonor de Aragão), auferindo rendimento régio (como a moradia de 600 libras paga a Leonor Pereira, filha do dito marechal, e donzela de D. Filipa de Lencastre). Os casamentos que as donzelas Pereira celebraram com outras famílias, mesmo que não as elevassem socialmente, não as desprestigiavam, pois eram feitos dentro do seu patamar nobiliárquico, ou seja, com *maridos assaz comvinhaves pera ellas* (vide o consórcio da referida Berengária com Afonso Vasques Correia).

3. COUTINHO/MOURA (EG, BLOCO III)

Analisemos, agora, o cruzamento de famílias dentro do oficialato régio, a partir dos Coutinho/Moura. Recordemos Beatriz Gonçalves de Moura (EG/Bloco III, 1.), aia da rainha D. Filipa de Lencastre,⁹⁵ e mais tarde aia da infanta D. Isabel, ainda em vida da mãe, D. Filipa.⁹⁶ No reinado joanino, Beatriz era já viúva de Vasco Fernandes Coutinho, que fora escudeiro de Pedro I de Portugal, e com quem ela casara em 1361. Fernando I fez de Vasco seu meirinho-mor na Beira (de 1375-1383), em Pena Jóia (1375),⁹⁷ e seu alcaide em Évora e Penedono.⁹⁸ Quando faleceu, provavelmente nos inícios de 1384, a sua mulher pode ter ido para a casa da regente D. Leonor Teles, ou não.⁹⁹ Na verdade, Beatriz Gonçalves de Moura e o seu filho, Gonçalo Vasques Coutinho (EG/III, 1.3.), a conselho dela, foram dos que hesitaram em se declarar abertamente por um dos dois

⁹⁵ Beatriz Gonçalves de Moura era filha de Gonçalo Vasques de Moura e de Inês Gonçalves de Sequeira. O nome Moura advém, segundo se julga, da vila de Moura, entre os rios Homem e Cavado, na região do Minho, que Pedro Rodrigues em 1107 (ou 1116) “ganhou aos Mouros”; a vila de Moura e outros três lugares no Minho foram dados pelos reis ao fidalgo Vasco Martins Sarrão de Moura, bisavô de Beatriz Gonçalves de Moura. (Gayo, *Nobiliário*, t. XXI, 84-85, N1 a N3). Sobre Beatriz Gonçalves de Moura e a Casa de D. Filipa de Lencastre, vide Manuela Santos Silva, “The Portuguese Household”, 271-287.

⁹⁶ A 23 de Julho de 1410, D. João I escreveu numa carta ao marechal Gonçalo Vasques Coutinho, identificando *sua madre briatiz gonçalluez de mourra* [como] *aya da Jffante mjnha filha*, CHDJ I, vol. III, tº2, doc. 819, p. 254.

⁹⁷ Vide na CHDF, a título de exemplo, cartas onde surge com esse ofício: Beira: 13/12/1375 (Liv. 1, ff. 184-184v.); 31/6/1377 (Liv. 1, f. 182); 6/11/1377 (Liv. 2, f. 18v., e CHDJ I, vol. II, tº3, doc. 1503); 6/5/1379 (Mendes Neves, *A “Formosa Chancelaria”*, doc. 101); 20/9/1383 (CHDF, Liv. 3, f. 93v.). Pena Jóia: 13/7/1375 (CHDF, Liv. 1, f. 173v.).

⁹⁸ CHDF, Liv. 1, f. 1v.; CHDJ I, vol. III, tº2, doc. 475.

⁹⁹ CHDJ I, vol. III, tº 3, doc. 935; Silva, “The Portuguese Household”, 281-282.

partidos que, como atrás mencionámos, disputavam o trono de Portugal: o dos reis de Castela, Juan I/Beatriz, e o do Mestre de Avis.¹⁰⁰ A abdicação da regência de D. Leonor Teles, em Janeiro de 1384, na sua filha e genro agudizou esta luta, que gerou grande divisão no reino. Beatriz Gonçalves de Moura acabou, seguramente, por apoiar o Mestre, pois este, a 19 de Maio seguinte, fez-lhe a ela e aos seus descendentes lídimos a doação da terra de Aregos e da terra de Crestaçom, com suas receitas e pertenças. – Património que depois foi doado ao seu filho Fernando Martins Coutinho (EG/III, 1.1.) por João I, *porquanto a ella aprouuue de a darmos ao dicto seu filho* (11/1/1390),¹⁰¹ e após a morte deste, à sua neta, dona Beatriz Coutinho (EG/III, 1.1.1.; 26/8/1428).¹⁰² E, a 1 de Novembro de 1384, doou-lhe, com excepção da apelação e da correição régia, *toda a Jurdiçam real mero e mjsto jmperio pera ella de todallas terras que ella de nos tem [...] E que assy aiam seus filhos e netos [...]*. Nesta carta, o Mestre expressava, já, um claro apreço por Beatriz Gonçalves de Moura e seus filhos, pois reconhecia-lhe *o mujto serujço que nos e estes regnos recebemos e entendemos de receber mais ao diante de briatiz gonçalluez de moura molher que foi de vaasco ferrnandez Coutinho e de seus filhos*.¹⁰³

O Mestre, depois de aclamado rei em 1385, casou, em Fevereiro de 1387, com a fidalga inglesa, D. Filipa de Lencastre. Beatriz Gonçalves de Moura foi, então, chamada para ser sua aia, devendo ensinar-lhe os costumes da terra; o rei atribuiu-lhe 800 libras, ou seja, 16 dobras castelãs,¹⁰⁴ e outros privilégios,¹⁰⁵ sendo que alguns destes foram outorgados em conjunto com a rainha, ou desta e do marido com o filho

¹⁰⁰ Lopes, *D. João I*, Primeira Parte, cap. LIX.

¹⁰¹ CHDJ I, vol. II, tº 2, doc. 769.

¹⁰² CHDJ I, vol. IV, tº 2, doc. 585.

¹⁰³ CHDJ I, vol. I, tº 1, docs. 271, 394.

¹⁰⁴ Lopes, *D. João I*, II vol., 225, 285.

¹⁰⁵ Por exemplo: a coutada da quinta de Randufe, no termo de Guimarães, que João I fez a *briatiz gonçalluez de moura aya da Rainha*, 2/1/1390 (CHDJ I vol. II, tº 1, doc. 36); a coutada de certos lugares no termo de Moura, 17/3/1390; estes bens, e outros no Redondo, foram coutados pelo rei D. Duarte ao conde D. Pedro de Meneses, capitão de Ceuta e marido de Beatriz Coutinho, neta de Beatriz Gonçalves de Moura (CHDJ I, vol. II, tº 1, doc. 77; CHDD, vol. I, tº 1, doc. 560). Beatriz Gonçalves de Moura recebeu também de João I o préstamo do relego de Lamego, 17/4/1388 (CHDJ I vol. I, tº III, doc. 1300). A aia pagava uma renda a João Peres, almoxarife de João I, em Alenquer, 25/2/1416, CHDJ I vol. V, tº 1, doc. 275.

herdeiro.¹⁰⁶ Segundo o cronista Gomes Eanes de Zurara, Beatriz Gonçalves de Moura acompanhou e aconselhou D. Filipa de Lencastre até ao fim da sua vida desta, e João I tratava-a como sendo da família.¹⁰⁷ Por seu intermédio (directo ou indirecto), certos nobres e clérigos, e alguns dos seus criados,¹⁰⁸ receberam mercês, e os seus filhos ocuparam lugares cimeiros, o que contribuiu para a ascensão social das linhagens Coutinho/Moura. O filho Fernando Martins Coutinho recebeu a dita terra de Aregos, e outras mercês;¹⁰⁹ outro filho, Rui Vasques Coutinho (EG/III, 1.2.), recebeu de João I as terras de Vilar Maior e de Ferreira de Aves (6/1/1391 e 16/4/1398), que D. Duarte, depois, confirmou a João Rodrigues Coutinho (EG/III, 1.2.1.), filho de Rui e de dona Branca de Vilhena, neto de Beatriz Gonçalves de Moura (10/6/1434).¹¹⁰ Este João Rodrigues, apesar de ser menor, foi emancipado por João I, a seu pedido, para poder reger os bens que lhe ficaram por morte do pai e que estavam em poder da mãe (30/9/1420).¹¹¹

Todavia, o mais emblemático dos filhos da aia foi Gonçalo Vasques Coutinho, que após apoiar a aclamação régia do Mestre de Avis, auferiu deste várias recompensas, nomeadamente, doações na Beira e no norte de Portugal (onde o seu pai herdara também terras) e o cargo de copeiro-mor de D. Filipa de Lencastre (ofício muito distinto em Castela¹¹²), entre outras.¹¹³ João I fê-lo seu marechal, em 1387, o qual, ao enviuar de Leonor Gonçalves (filha do já mencionado Gonçalo Vasques

¹⁰⁶ CHDJ I, vol. III, tº 3, doc. 831.

¹⁰⁷ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta* (Publicações Europa-América, 1992), caps. XXXVIII, XLII-XLIII.

¹⁰⁸ Como, por exemplo, *Rodrigo Criado de beatriz gonçalluez aya da Raynha. Este, a Rogo do Infante dom Afonso nosso filho [...]* passou a ser *nosso moço dos contos que ora andam na nossa corte pera leer e aprender*. Rodrigo passou a auferir mantimento e vestir, durante o tempo que *o ouer d auer e teuer*, no valor de 50 libras mensais, 17/6/1394, CHDJ I, vol. V, tº 1, doc. 294.

¹⁰⁹ CHDJ I, vol. II, tº 3, doc. 1237.

¹¹⁰ CHDD, vol. I, tº1, doc. 590.

¹¹¹ CHDJ I, vol. IV, t. 1, doc. 66.

¹¹² Cañas Gálvez, “ ‘Muger bien fermosa’ ”, 33-34.

¹¹³ Lopes, *D. João I*, Primeira Parte, cap. CLXXXII; idem, *D. João I*, II vol., 225; Luís Filipe de Oliveira, *A Casa dos Coutinho: Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, (Patrimonia Historica, 1999), 37; CHDJ I: vol. I, tº2, docs. 894-906, e vol. 1, tº3, docs. 991-994, 1124; João I entregou a Gonçalo Vasques Coutinho o castelo de Lamego (6/8/1387, vol. 1, tº3, doc. 1247); a renda do castelo de Viseu e de outros bens na vila (10/10/1391, *ibidem*, doc. 1273), e muitas outras mercês, CHDJ I: vol. II, tº1, docs. 18, 156, 157, 195, 595, e vol. II, tº2, docs. 638, 733-736, 740, 1045....

de Azevedo, grande privado dos reis Fernando I e Leonor Teles¹¹⁴) veio a casar com dona Joana, filha do falecido Fernando Afonso de Albuquerque, *o de Ataúde*, mestre de Santiago de Portugal, que fora, como também acima indicámos, embaixador joanino em Inglaterra entre 1385-1387.¹¹⁵ Do primeiro casamento, teve vários filhos, entre os quais, Vasco Fernandes Coutinho (EG/III, 1.3.1.; nome do avô) e Isabel Coutinho (EG/III, 1.3.2.), ambos protegidos pela Casa Real, concretamente, pelo rei D. Duarte, que ao primeiro fez seu marechal (certamente, depois da morte de Gonçalo Vasques Coutinho, a qual deve ter ocorrido no final de 1434¹¹⁶) e deu privilégio ao seu couto de Leomil, e à segunda casou-a, em 1436, com Gomes Freire de Andrade, *nosso criado*. Desta feita, Isabel auferiu em dote do monarca 400 coroas velhas, e do dito irmão 6.000 coroas, entre outros.¹¹⁷

De retorno ao reinado de João I, lembremos que a 6 de Outubro de 1415 o rei, *em sembra* com o infante D. Duarte, confirmou a eleição popular de Gonçalo Vasques Coutinho como senhor de Penedono (segundo permitia uma cláusula do foral), posição a que ascendeu quando o seu pai, Vasco Fernandes Coutinho, igualmente senhor do lugar por doação de Fernando I, *morreo no começo desta guerra que nosso senhor el rrey ouue em sendo meestre com el rrey dom joham de castella*. Desta maneira, reforçava-se o poder dos Coutinho naquela terra, onde *seus auoos em ella viuerom*, e onde o pai e o tio, Gonçalo Martins Coutinho,¹¹⁸ e agora o próprio Gonçalo Vasques, prestaram sempre *gram defendimento*. Note-se, ainda, que a confirmação joanina foi pedida pelos povos de Penedono e seus termos a *nosso senhor el rrey e aa Raynha e a seu filho o Jffante eduarte e aos outros seus filhos*, o que sugere um percepção pluralista da Coroa, embora a aprovação tenha sido outorgada por seus titulares, o monarca e o filho herdeiro.¹¹⁹

As filhas de Beatriz Gonçalves de Moura destacaram-se igualmente, na corte régia, pois, uma delas, Teresa Vasques Coutinho (EG/III, 1.4.), foi camareira-mor de D. Filipa de Lencastre, auferindo de João I, nos finais de trezentos, uma renda de 200 libras mensais (valor que já a diferenciava,

¹¹⁴ Lopes, *D. Fernando*, 171-172.

¹¹⁵ Lopes, *D. João I*, II vol., 213; Gomes, *A Corte*, 70.

¹¹⁶ CHDD, vol. III, doc. 136.

¹¹⁷ CHDD, vol. I, tº2, docs. 853, 752.

¹¹⁸ Este senhor *tijnha de mjm*, Afonso IV, casas, vinhas, herdamentos e *Molneiras*, na vila de Miranda e seu termo, CHDA IV, vol. II, doc. 172.

¹¹⁹ CHDJ I, vol. III, tº 3, doc. 935.

pois as restantes parceiras ganhavam 150 libras, e as mulheres de câmara, 60); Teresa casou no seio de uma família da alta nobreza, os Teles de Meneses, concretamente, com Martinho, filho do conde de Neiva, Gonçalo Teles, o dito irmão da rainha D. Leonor Teles.¹²⁰ –A sua cunhada, Inês de Meneses (EG/Bloco IV, grupo B, 1.1.2.2.)¹²¹ casou na Sé do Porto, a 15 de Novembro de 1394, nos Pacheco, uma linhagem com privilégios desde o tempo do conde D. Henrique e da *regina* D. Teresa de Portugal. O seu marido foi, pois, João Fernandes Pacheco (filho de Diogo Lopes Pacheco), sobrinho da condessa D. Guiomar Lopes Pacheco, mulher do *conde velho*, D. João Afonso Telo III, tio paterno da rainha D. Leonor Teles (EG/IV, grupo B, 1.2.).¹²² O consórcio de Inês e João foi certamente apadrinhado pelos reis D. João I e D. Filipa de Lencastre, que compareceram na celebração nupcial, na companhia de seus filhos e de outros *baroes e caualleiros*, entre os quais Martinho, *que presente estaua / por guarda da dicta sua irmãa*.¹²³ Por conseguinte, os dois filhos do conde de Neiva que observámos, Martinho e Inês, consorciaram-se com os Coutinho e os Pacheco, mas não saíram da esfera dos Teles de Meneses, pelas ligações de parentesco demonstradas, o que revela a endogamia das relações nobiliárquicas no seio da alta e média nobreza.

A rainha D. Filipa de Lencastre, com outorgamento de João I e do infante D. Afonso, *nosso filho primeiro herdeiro*, atendendo ao *diujdo que dom martinho tem na mercee dos dictos senhor Rey e Jffante*, e aos bons serviços prestados por ele e sua mulher, *e daquelles donde elles descendenrom*, agradeceu-os *a ambos e a cada huû deles em casamento pera sempre e [...] a todollos seus filhos e netos e descendentes lidimos* com a doação de juro e herdade do reguengo de Cantanhede, seus direitos,

¹²⁰ Lopes, *D. João I*, II vol., 225, 285.

¹²¹ Inês de Meneses casou com João Fernandes Pacheco, guarda-mor e membro do Conselho de João I de Portugal, que desserviu este rei, indo para Castela servir o inimigo. Nesta conformidade, o monarca, com o consentimento da rainha D. Filipa de Lencastre e do filho primogénito Afonso, confiscou-lhe os bens e deu-os a outrem, acrescentando que também dava os de *dona Jnes molher do dicto joham ferrnandez [...] se o de djreiro podemos fazer ou ell<a> cometeo ou consentio ou fez tal cousa per que os deua perder*. (CHDJ I, vol. II, tº 3, docs. 1138, 1142, 1147, 1453); vide outros confiscos ao casal dados a outrem em CHDJ I, vol. IV, tº 2, doc. 428.

¹²² Alfonso Franco Silva, Jose António Garcia Lujan, “Los Pacheco. La Imagen Mítica de un Linaje Portugués em Tierras de Castilla,” in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval* (Centro de Estudos da Universidade do Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989), vol. III, 954-955, 967-968; Freire, *Brasões*, vol. I, 118.

¹²³ Franco Silva e Garcia Lujan, “Los Pacheco”, doc. 7, 988-989.

rendas, tributos, jurisdições cível e crime, *saluo a correio e alçadas*, reservadas ao monarca. Para clarificar o acto, a rainha acrescenta que o reguengo, que então oferece, fora comprado por ela por 2.000 dobras cruzadas a João Gomes da Silva, *as quaes dobras per mjm e em meu nome lhe pagou briatiz gonçalluez de moura* (27/1/1392). Esta ressalva prova a sua confiança na aia, e o suposto envolvimento desta na promoção do enlace.¹²⁴ O casamento de Teresa com Martinho potenciou a ascensão dos Moura/Coutinho junto da Coroa, dado os laços de parentesco do noivo com João I e seu filho, como a própria D. Filipa sublinha. O facto de ser esta última a outorgar a doação aos noivos revela-nos a sua responsabilidade no referido consórcio. O casal gerou Beatriz de Meneses (EG/Bloco III, 1.4.1.), que veio a ser aia da rainha D. Isabel, mulher de Afonso V, sucessor de D. Duarte.¹²⁵ Note-se, por outro lado, que o dito reguengo continuou, nas mãos dos Coutinho/Meneses após a morte de Martinho de Meneses, pois João I (e depois D. Duarte) outorgou-o a *dom fernando*, filho de Martinho.¹²⁶

O reguengo de Cantanhede, tal como a terra de Penedono, atrás mencionada, continuaram, pois, ligados aos Coutinho, observando-se a anuência da Coroa em reforçar por gerações o poder senhorial desta linhagem, que protegia. Tudo isto nos sugere o poder ascendente dos Coutinho na corte régia, que se deveu, em parte, aos casamentos com linhagens de maior elevação, como a dos Teles.

Na verdade, Teresa Vasques Coutinho não foi a única descendente de Beatriz Gonçalves de Moura a casar nesta linhagem. A sua neta, Beatriz Coutinho (EG/III, 1.1.1.), filha de Fernando Martins Coutinho, foi casada, por João I, com Pedro de Meneses, primo da rainha D. Leonor Teles, que era conde de Viana, capitão de Ceuta e alferes do infante D. Duarte;¹²⁷ este consórcio levou, até, João I a abrir uma excepção na Lei Mental, pois permitiu, por um lado, que Beatriz Coutinho (e a sua filha lédima, Isabel de Meneses) pudesse herdar o património paterno (Aregos e outros bens

¹²⁴ João I confirmou esta doação a 2/2/1392, CHDJ I, vol. II, nº 1, docs. 578, 579.

¹²⁵ Gomes, *A corte*, 69-70.

¹²⁶ Vide 18/4/1407, CHDJ I, vol. III, nº 3, doc. 882; 30/8/1434, CHDD, vol. I, nº 1, docs. 295, 296.

¹²⁷ Pedro de Meneses era filho do primeiro conde de Viana, João Afonso Telo V (primo direito da rainha D. Leonor Teles), e da fidalga Mor Portocarreiro (Gayo, *Nobiliário*, t. XVIII, 199). Pedro recebeu indicações de João I e D. Duarte para a administração de Ceuta, e várias mercês: CHDJ I: vol. V, nº1, doc. 554; vol. III, nº3, doc. 1234; vol. IV, nº 1, docs. 22, 375; vol. IV, nº2, docs. 435, 810, etc.

de raiz) – o que de facto veio a suceder no reinado de D. Duarte–,¹²⁸ não obstante a dita lei impedir as mulheres de ficarem com as terras da Coroa; por outro, autorizou Pedro de Meneses, em caso de viuvez, a ficar com as terras de sua mulher, sem necessidade de obter outro consentimento régio (como era imperativo ter), pagando, contudo, aos herdeiros da falecida 4.000 coroas que é o *preço* [que] *as ora el recebe*.¹²⁹

Beatriz Coutinho e Pedro de Meneses geraram outras filhas, Aldonça de Meneses (EG/III, 1.1.1.2.)¹³⁰ e Beatriz de Meneses (EG/III, 1.1.1.3.), que continuaram a receber graças da Coroa, designadamente, de D. João I e D. Duarte, tendo a segunda até casado dentro da família real portuguesa e castelhana, pois o seu marido, D. Fernando de Noroña, conde de Vila Real, era neto do rei Fernando I de Portugal, por parte da mãe (Isabel), e do rei Enrique II de Castela, por parte do pai (Alfonso, conde de Gijón y Noroña), sendo camareiro-mor do rei D. Duarte.¹³¹ A proximidade de sangue do conde e de sua mulher Beatriz de Meneses à Coroa de Portugal e ao serviço a D. Duarte permitiram-lhes obter várias graças para si e

¹²⁸ Pedro de Meneses pediu a D. Duarte, com sucesso, que *confirmassemos a dicta terra d aregos a dona Jsabel sua filha e da dicta condessa dona briatiz assy e pella guisa que auja a dicta sua madre*, 15/2/1430 (CHDD, vol. I, tº 1, doc. 557). Esta Isabel de Meneses, filha dos ditos condes de Viana, Pedro de Meneses e Beatriz Coutinho, ao ser *meor de hidade* estava sob tutoria do rei D. Duarte, pois, como este referiu, *a nos foi encomendada*, 16/6/1438, CHDD, vol. I, tº 2, doc. 1315.

¹²⁹ CHDJ I, vol. IV, tº 2, doc. 585, 26/8/1426.

¹³⁰ Aldonça casou com Rui Nogueira, alcaide-mor de Lisboa. João I e o filho D. Duarte prometeram ao casal 4.000 coroas (o mesmo valor que o rei dera aos pais da noiva pelo seu casamento), pagas em prestações anuais de 400 coroas (7/10/1429, CHDJ I, vol. IV, tº 2, doc. 771). Rui Nogueira finou-se, em 1432, e os bens que recebera da Coroa (casas em Lisboa) foram dados de juro e herdade à viúva por João I (28/8/1432) e confirmados por D. Duarte (em 20/1/1434, CHDJ I, vol. IV, tº2, doc. 877; CHDD, vol. I, tº1, doc. 486). D. Duarte vendeu metade de uma quinta perto de Lisboa, por 40.000 reais, e usou este dinheiro para pagar a Aldonça de Meneses, *em parte de pago das quatro mjl dobras d ouro em que lhe eramos deuedor*, 2/7/1437. Depois, mandou avaliar vários bens, que deu a Aldonça em pagamento do dito dote, 27/8/1437, CHDD, vol. I, tº 2, docs. 836, 1208.

¹³¹ Freire, *Brasões*, vol. I, 48. A 18/10/1430, João I *prometeo de dar* [a dom Fernando de Noroña, *nosso sobrinho* (...) e *camareiro moor do Jffante meu filho*] *em casamento com dona briatiz de meneses filha do Conde dom pedro rregedor e governador por nos em a çidade de çeeppta dezeseis mjll coroas de boom ouro e Justo peso*; a importância não foi paga na altura e o monarca ordenou que lhe dessem *do dia que ell tomasse sua casa en diante* seis contos de libras anuais *a ell e a todos sseus herdeiros*. Quatro anos depois, D. Duarte confirmou a promessa do pai, a rogo do referido sobrinho e camareiro-mor, conde de Vila Real, e membro do seu Conselho, 12/1/1434, CHDJ I, vol. IV, tº2, doc. 760; CHDD, vol. III, doc. 584.

terceiros. Foi assim que D. Duarte, a rogo de Beatriz de Meneses, atribuiu privilégios a dois servidores régios¹³² e, a rogo de Fernando de Noroña, dispensou de aposentadoria Álvaro Gonçalves, vigário de Santa Maria do bispado de Montemor-o-Novo (9/5/1435), e outorgou privilégios na correição da Estremadura a Martim de Ornelas, *escudeiro de dom fernando comde de uilla real* (30/12/1435).¹³³ Para si, Fernando de Noroña obteve de D. Duarte o préstamo do casal do Rossio, no termo de Alenquer (15/1/1434), e o direito de fazer anualmente em Julho, durante quinze dias, uma feira franca na sua vila de Vila Real (6/4/1435).¹³⁴

Outra filha da aia Beatriz Gonçalves de Moura foi Leonor Vasques (EG/III, 1.5.), que casou, por volta de 1407, com Fernando de Bragança (Fernando, *da Guerra*), um dos filhos do infante D. João, filho de Pedro I de Portugal, sobrinho, portanto, de João I, que este agraciou;¹³⁵ outra foi Mécia Vasques (EG/III, 1.6.), que casou com Martim Gonçalves de Ataíde, por alvitre da rainha D. Leonor Teles, tendo recebido o castelo de Chaves, e várias mercês fernandinas nesta vila.¹³⁶ Em 1382, Martim Gonçalves de Ataíde participou na embaixada de Juan Fernández de Andeiro a Castela que foi propor o casamento da infanta D. Beatriz de Portugal com o então viúvo, Juan I de Castela (Tratado de Pinto).¹³⁷ Depois da morte de Fernando I, apoiou a regente D. Leonor Teles e serviu Juan I, tendo defendido a vila de Chaves em nome deste último; João I, *por amor* a Gonçalo Vasques Coutinho, mandava dar à irmã deste, Mécia Vasques, um cântaro com água. Martim acabou, porém, por enviar a mulher e os filhos para Monterei, em Castela, escoltados pelos cunhados Gonçalo Vasques Coutinho e Fernando Martins Coutinho, tendo ele próprio, ao fim de quatro meses de cerco, entregado a vila a João I, e partido, com alguns dos seus para Castela, como lhe recomendara Juan I.¹³⁸ D. João I confiscou-lhe os bens e entregou-os ao cunhado Gonçalo

¹³² CHDD, vol. III, docs. 226, 641.

¹³³ CHDD, vol. III, docs. 291, 197, 199

¹³⁴ CHDD, vol. III, docs. 585, 423.

¹³⁵ Gayo, *Nobiliário*, t. X, 10; João I deu ao sobrinho, *que ora casou com lionor uasquez coutinha*, terras nos almoxarifados da Guarda e Viseu, *emquanto sua merce fosse*, em 1407 e 1410. Beatriz Gonçalves de Moura pensou dar a Fernando de Bragança a vila de Gouveia. CHDJ I, vol. III, nº2, doc. 582, 718, 819.

¹³⁶ Lopes, *D. Fernando*, cap. LXV; CHDF: Liv. 2, ff. 12v., 109v.; Liv. 3, ff. 21, 66v.

¹³⁷ Lopes, *D. Fernando*, cap. CLVII.

¹³⁸ Lopes, *D. João I*, II vol., caps. LXIII, LXVIII.

Vasques Coutinho (13/4/1385, 8/12/1385),¹³⁹ a outros,¹⁴⁰ e, depois, à sua mulher e filhos, quando ela enviuvou (23/9/1391).¹⁴¹ Mécia deve, pois, ter regressado a Portugal e integrado a Casa de D. Filipa de Lencastre, dado que a 16 de Outubro de 1398 a fidalga recebeu de João I a Quinta de Randufe, no termo de Chaves, como recompensa dos serviços prestados na criação dos filhos do monarca,¹⁴² e outras mercês.¹⁴³ Os filhos de Mécia Vasques e Martim Gonçalves d'Ataíde serviram a Coroa e auferiram graças (Álvaro Gonçalves de Ataíde, EG/III, 1.6.1., foi primeiro conde de Atouguia, membro do Conselho de João I e governador da Casa do Infante D. Pedro, seu filho,¹⁴⁴ auferindo em 1424 a tença anual de 500 libras;¹⁴⁵ Vasco Fernandes de Ataíde, EG/III, 1.6.2., morador da Casa de João I de Portugal, vedor da Casa do Infante D. Henrique, faleceu, sem deixar descendentes, na tomada de Ceuta de 1415¹⁴⁶) e as filhas¹⁴⁷ fizeram casamentos prestigiantes (D. Isabel de Ataíde com Fernando de Castro, governador da Casa do Infante D. Henrique: EG/III, 1.6.3.; Helena de Ataíde com Pedro Vaz da Cunha, segundo senhor de Angeja e de Pinheiro: EG/III, 1.6.4.), tendo algumas servido a Casa de D. Filipa de Lencastre¹⁴⁸ como suas donas: Filipa Vasques de Ataíde (EG/III, 1.6.5.), mulher de Gonçalo Eanes de Sousa Chichorro¹⁴⁹ e Catarina Vasques de Ataíde (EG/III, 1.6.6.).¹⁵⁰

¹³⁹ CHDJ I: vol. I, tº 2, doc. 895, e vol. I, tº3, doc. 993.

¹⁴⁰ Como Fernando Afonso de Mascarenhas, a 25/6/1385, ou o escudeiro Álvaro Vasques, a 1/8/1384, CHDJ: I vol. I, tº2, doc. 705, e vol. I, tº1, doc. 178.

¹⁴¹ CHDJ I, vol. II, tº1, doc. 535.

¹⁴² CHDJ I, vol. II, tº 3, doc. 1455; Freire, *Brasões*, vol. I, 80, nota 1.

¹⁴³ Designadamente, todos os bens do marido, 23/9/1391 (CHDJ I, vol. II, tº1, doc. 535), e os de outras pessoas (*ibidem*, vol. II, tº 3, doc. 1170; Freire, *Brasões*, vol. I, p. 80, nota 1; CHDJ I, vol. V, tº1, doc.383.) João I ficou de pagar 300 libras a Mécia Vasques Coutinho pelo casamento da filha dela, *dona Isabell*, 6/10/1431, CHDD, vol. III, doc. 194.

¹⁴⁴ CHDJ I, vol. IV, tº1, doc. 70; Freire, *Brasões*, vol. I, 81.

¹⁴⁵ CHDD, vol. III, doc. 453.

¹⁴⁶ Freire, *Brasões*, vol. I, 84.

¹⁴⁷ *Idem*, *ibidem*, vol. I, 84.

¹⁴⁸ Faro, *Receitas e despesas*, 41-42; *Monumenta Henricina*, vol. I, 289.

¹⁴⁹ Vide doação de João I a *gonçal eannes de sousa e a filipa de taide* dos bens de Álvaro Gonçalves Camelo, prior do Hospital, que *foe pera castella em deseruço do dicto senhor etc*, 3/5/1400, CHDJ I, vol. II, tº3, doc. 1342; Gayo, *Nobiliário*, t. III, 66.

¹⁵⁰ Catarina Vasques era moradora de D. Filipa de Lencastre, em 1402, auferindo 1.200 libras mensais. Freire, *Brasões*, vol. I, 84; *Monumenta Henricina*, vol. I, 289.

Os ramos colaterais da velha aia também auferiram protecção régia, pois Leonor Gonçalves de Moura (EG/III, 2.1.), sua sobrinha (filha de Álvaro Gonçalves de Moura, irmão de Beatriz Gonçalves de Moura), conseguiu obter de João I, *em sembra* com D. Filipa de Lencastre e o infante D. Duarte, a confirmação do contrato feito entre ela e o seu marido, Gil Vasques da Cunha, onde este se comprometia a outorgar à mulher (ou seus herdeiros) a terra da Maia com seus frutos, rendas e direitos *ataa que ella fosse entregue de [500] coroas que lhe elle prometera em arras quando com ella casar*, etc (28/5/1415 e 5/12/1421).¹⁵¹ A protecção da dinastia de Avis às mulheres Coutinho observou-se ainda em Isabel Fernandes Coutinho, priora do Mosteiro de Chelas, e em Filipa Coutinho (EG/III, 1.3.1.1.), sua sobrinha, bisneta de Beatriz Gonçalves de Moura, criada de João I, e mulher de Lopo Afonso de Couros, criado do mesmo monarca, e escrivão da câmara do rei D. Duarte.¹⁵² Filipa e Lopo conseguiram ficar com os bens que a tia, Isabel Fernandes, tivera em Alhandra e seu termo, não obstante ordenação régia em contrário, e outro.¹⁵³

No levantamento das despesas reais com o pessoal, levado a cabo em 1402 ou em 1405 com vista a uma reformulação das mesmas,¹⁵⁴ Beatriz Gonçalves de Moura auferia, já, 9.000 libras/mês, sensivelmente dez vezes mais do que auferira após 1387; a sua filha, Mécia Vasques, ganhava 8.000 libras; as filhas desta última (e de Martim Gonçalves de Ataíde), Catarina e Filipa Vasques d' Ataíde, obtiveram, cada uma, 1.200 libras; a outra filha de Beatriz Gonçalves de Moura, Leonor Vasques, 1.600 libras; Teresa Vasques Coutinho, outra filha, e a nora da aia, Joana, filha do mestre de Santiago e mulher de Gonçalo Vasques Coutinho, 1.200 libras, cada; outra provável parente de Beatriz Gonçalves de Moura, Maria Vasques (EG/III, 3.), ama na Casa da Rainha (e também ama de João I, que este protegeu¹⁵⁵), auferia 2.000 libras – importância superior à que receberam as suas supostas familiares, o que pode indiciar a importância que tinham as amas

¹⁵¹ CHDJ I: vol. III, tº 1, doc. 925 e vol. IV, tº1, doc. 363.

¹⁵² O pai de Filipa Coutinho pode ter sido Vasco Fernandes Coutinho (filho do marechal Gonçalo Vasques Coutinho, portanto, neto de Beatriz Gonçalves de Moura) ou Fernando Coutinho, seu irmão: Felgueiras Gayo inclina-se para este último, in *Nobiliário*, t. X, pp.11 (N7), 15 (N8/9), 21 (N9); CHDD, vol. I, tº2, doc. 1288.

¹⁵³ CHDD, vol. I, tº2, doc. 1288.

¹⁵⁴ *Monumenta Henricina*, vol. I, 280, nota 1, a 293; Faro, *Receitas e despesas*, 27-30, até 47.

¹⁵⁵ CHDD, vol. I, tº1, doc. 523.

(recorde-se o mencionado sobre elas na Introdução deste artigo), que muitas vezes transitavam de uma casa real para outra, como se notou em Maria Vasques—. ¹⁵⁶ Ainda dentro dos parentes de Beatriz Gonçalves de Moura, constam, no mencionado levantamento, os nomes de Isabel Fernandes de Moura (EG/III, 4.), com 900 libras, e Beatriz de Moura (sobrinha de Beatriz Gonçalves de Moura? EG/III, 2.2.), com 700 libras. ¹⁵⁷

Para termos uma noção do grau de grandeza das importâncias indicadas, as moradias da rainha equivaliam, em média, às tenças dos escudeiros do rei de valores mais baixos (c. de 1.200 libras) e as moradias da aia Beatriz Gonçalves de Moura e de sua filha Mécia Vasques estavam entre as tenças dos vinte *grandes* do rei, que o acompanhavam continuamente, e eram dos mais bem pagos (entre 8.000 e 9.800 libras), salvo três acima deles. ¹⁵⁸ Por outro lado, é de realçar que num conjunto de trinta moradoras, Mécia e Maria Vasques (primas?) foram, respectivamente, a segunda e terceira (depois de Beatriz Gonçalves de Moura) a receber moradias mais elevadas, o que sublinha, *quicá*, a valorização que o rei dava à criação dos seus filhos e de ele próprio, de que ambas, de forma diferente, se encarregaram. ¹⁵⁹

Após a morte de D. Filipa de Lencastre em 1415, Beatriz Gonçalves de Moura serviu, durante três anos, a Casa da Infanta D. Isabel, filha da rainha, de quem já era aia, desde, pelo menos, 1410, como referimos atrás (comprovando-se uma vez mais o trânsito de oficialato entre as casas reais, no caso, a de mãe e filha). ¹⁶⁰ Beatriz Gonçalves de Moura foi quem, aliás, lembrou à rainha, às portas da morte, que deveria tomar medidas para

¹⁵⁶ Gomes, *A Corte*, 57.

¹⁵⁷ Faro, *Receitas e despesas*, 41; *Monumenta Henricina*, vol. I, p. 289. Beatriz de Moura pode ter sido, eventualmente, a filha de Álvaro Gonçalves de Moura, irmão de Beatriz Gonçalves de Moura, que casou com Diogo Nunes Pereira, de Serpa, senhor de Celorico de Basto. Gayo, *Nobiliário*, t. XXI, 85, N4/5.

¹⁵⁸ Dentro dos ditos vinte, à cabeça, figuravam três, cujas moradias se distinguiam dos demais: D. Fernando, *filho delrey dom Henrique* com 27.000 libras; dom Fernando, filho do infante, com 18.000 libras; e Fernando Álvares, aio do infante, com 17.600 libras. No topo dos restantes dezassete, estava *dom Joham de Crasto* com 9.800 libras; o seu irmão, Fernando de Castro, auferia 8.000 libras, e os demais variavam entre 5.000 e 9.400 libras. O marechal Vasco Fernandes Coutinho, neto de Beatriz Gonçalves de Moura, estava entre os vinte, e auferia 9.400 libras mensais, valor próximo das 9.000 libras pagas a sua avó. *Monumenta Henricina*, vol. I, 280-284, 289.

¹⁵⁹ *Monumenta Henricina*, vol. I, 289.

¹⁶⁰ Vide CHDJ I: vol. III, nº 2, doc. 819; João I chegou a outorgar mercês com a sua filha, *senhora da ujlla de torres nouas*, e o filho herdeiro, como a doação dos moinhos da ribeira de Almonda da dita vila, 19/5/1434, vol. IV, nº2, doc. 810.

assegurar o futuro da infanta D. Isabel; a rainha, a conselho do infante D. Pedro, pediu, então, ao marido que desse as suas terras à filha, para que ela sustentasse *todas as senhoras, donas e donzelas, que andam em minha casa [...]*. O monarca e o filho herdeiro consentiram, e Isabel tomou conta da casa da rainha até chegar uma nova rainha, e ela própria casar.¹⁶¹ Mencione-se, a propósito, que João I se endividou em mil coroas junto do mercador Luís Eanes, morador em Lisboa, para dar à filha, *em prenda* de casamento várias peças de prata e etc,¹⁶² e que D. Duarte, em 1433 e 1435, auferiu privilégios a oficiais do cunhado, o duque de Borgonha.¹⁶³

A aia Beatriz Gonçalves de Moura teve, pois, uma presença notável no seio da sua família – onde nos parece ter figurado como grande matriarca, administrando com mestria o património e os interesses familiares¹⁶⁴ – e na corte joanina. A proximidade que ganhou ao poder régio de “Avis”, e, em particular, a D. Filipa de Lencastre, proporcionou-lhe, *quiçá*, contribuir para colocar em lugares-chave e de prestígio os seus filhos (vide Gonçalo Vasques Coutinho, Marechal do Reino, e Teresa Vasques Coutinho, camareira-mor de D. Filipa de Lencastre), netos (como Beatriz de Meneses, que ficou como aia da rainha D. Isabel, mulher de D. Afonso V), e zelar pelo bem-estar de outros netos, que ganharam também protecção régia, nomeadamente, Beatriz Coutinho (EG/III, 1.1.1., filha de Fernando Martins Coutinho), Margarida Coutinho (EG/III, 1.2.2., filha de Rui Vasques Coutinho e de Branca de Vilhena) e Fernando Coutinho (filho

¹⁶¹ Zurara, *Ceuta*, caps. XXXVIII, XLII-XLIII; Manuela Santos Silva, “Princess Isabel of Portugal: First Lady in a Kingdom without a Queen (1415-1428),” in *Queenship in the Mediterranean. Negotiating the Role of the Queen in the Medieval and Early Modern Eras*, ed. Elena Woodacre (Palgrave Macmillan, 2013), 196-200. Note-se a menção às terras de Isabel: D. João I dispensou os besteiros do cavalo de pagar jugada e outros *em as terras nossas, ou da infante minha filha, e em as terras que alguns de nós trazem, [...]*, 1/5/1419. “Privilegio e ordenança dos besteiros de cavallo (1419)”, transcrição de João Nisa, *Fragmenta Historica*, Revista do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, nº9 (2021), 114.

¹⁶² CHDD, vol. II, doc. 52 (21/5/1432).

¹⁶³ CHDD, vol. III, docs. 175, 332.

¹⁶⁴ Por exemplo: a morte de Rui Vasques Coutinho, filho de Beatriz Gonçalves de Moura, levou esta a reger os bens das filhas dele, que eram suas netas, *briatiz coutinha nossa criada e dona margarida coutinha nossa criada*, irmãs de João Rodrigues Coutinho (denominadas também por *dona briatiz de vilhana e dona margarida de vilhana*, por serem filhas de dona Branca de Vilhena), em conjunto com outras pessoas, durante a menoridade delas. Vide sentença de partição dada por João I, 13/5/1421, CHDJ I, vol. IV, tº 1, doc. 362.

do marechal Gonçalo Vasques Coutinho);¹⁶⁵ a primeira obteve, inclusive, várias graças de D. João I, como a confirmação de um aforamento em Arganil (1429), o *mantimento E uistir E çeuada* no valor de 539, 515 libras (1431), e de D. Duarte mercês para o besteiro João Lourenço, barbeiro, seu protegido (1435).¹⁶⁶

Beatriz interveio também na administração da Casa de D. Filipa de Lencastre (recorde-se que foi ela quem, em nome da rainha, pagou 2.000 dobras cruzadas pelo reguengo de Cantanhede) e, muito possivelmente depois, quando a infanta D. Isabel passou a assegurar a sua direcção. Ao aconselhar a rainha moribunda a prevenir o futuro desta última, a aia revelou ter alguma ascendência sobre Filipa e uma grande familiaridade. O seu poder de influência, estendeu-se a outros membros da corte régia, não necessariamente seus familiares directos, sendo, segundo parece, muito apreciada por todos. No seu funeral, que se celebrou no Mosteiro de Salzedas em 1418, *casy a mayor parte da Corte foram com ella, pois fora mulher de grandes parentes, e criados*, sendo o seu corpo sepultado nesse espaço, muito possivelmente, ao lado do marido.¹⁶⁷

A margem de actuação de Beatriz Gonçalves de Moura na corte régia, observou-se também em aias de outras cortes, como dona Leonor de Saldaña, aia (ou ama, ou “maestra”) da rainha de Castela, Blanche de Bourbon, que a sogra, a rainha de Castela, D. Maria de Portugal, lhe dera, por Blanche ser, quando chegou ao reino, “muy moza”, e que exerceu sobre ela grande influência e protecção; graças às petições de Blanche,

¹⁶⁵ Vide na nota de rodapé anterior a tutoria que a aia Beatriz Gonçalves de Moura teve das suas netas, Beatriz Coutinho e Margarida Coutinho. O marechal Gonçalo Vasques Coutinho, filho da aia, recebeu de João I várias terras com a faculdade de as poder partir com quem quisesse, o que ele fez, com o outorgamento régio, ao seu filho Fernando Coutinho, neto da aia. Este recebeu, então, do pai os lugares de *penagoyam* Fontes, Godim com suas rendas, direitos e jurisdições, devendo os mesmos ficar para o seu herdeiro lídimo (filho, neto ou bisneto maiores) e, se não o tivesse, que ficassem para o seu irmão Luís Coutinho e seus herdeiros legítimos, 2/8/1421 (CHDJ I, vol. IV, tº1, doc. 336). D. Duarte, a pedido de *fernã coutinho nosso criado*, confirmou duas cartas de João I (11/1/1415 e 11/12/1432) que o licenciavam a ter os sobreditos lugares nas condições de herança indicadas, os quais passariam a quem fosse senhor do couto de Leomil, se Fernando e Luís morressem sem deixar descendentes lídimos, 30/9/1435, CHDD, vol. I, tº2, doc. 1283.

¹⁶⁶ CHDD: vol. I, tº1, doc. 318, e vol. III, docs. 453, 627.

¹⁶⁷ Zurara, “Chronica do Conde D. Pedro de Meneses,” in José Corrêa da Serra, *Collecção de Inéditos de Historia Portugueza dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V., e D. João II* (Academia Real das Sciencias de Lisboa, tº II, Lisboa, 1792), cap. LXXVII, 462; Oliveira, *Coutinho*, 42.

junto do papa Inocêncio VI, Leonor auferiu vários benefícios para si e sua filha Juana de Haro, outra das moradoras da Casa de Blanche de Bourbon;¹⁶⁸ ou dona Elvira Manuel que teve uma presença dominante na corte de Catalina de Aragão, primeira mulher de Henry VIII.¹⁶⁹ As aias receberam especial carinho dos reis/rainhas, sendo algumas lembradas por eles na hora da morte, como se observou em Enrique III de Castela, que fez questão de frisar, no testamento, que a aia de sua filha María seria dona Mencía, a quem mandava dar todo o mantimento, mercês e rações que sua mãe, enquanto aia, também auferira.¹⁷⁰ Estes exemplos sugerem-nos as potencialidades de poder que o cargo alegadamente proporcionaria, fruto da proximidade e da confiança de quem serviam, e a possibilidade de transição deste ofício entre gerações

CONCLUSÕES

Do exposto, a primeira ilação que nos ocorre é que todos os indivíduos mencionados neste texto se relacionaram uns com os outros, sobretudo, através de casamentos, com o objectivo de assegurar para si e para as suas famílias a respectiva sustentabilidade e o incremento do seu prestígio. O serviço à Coroa e os laços de sangue para com esta aproximavam os visados dos centros de poder (casa do rei ou casa da rainha), possibilitando-lhes a oportunidade de obter melhor remuneração (vertida em bens, privilégios, títulos e ofícios) e melhores consórcios.

Os casamentos, além de funcionarem como rampas de ascensão ou/e de fortalecimento de posições, interessavam também aos reis e rainhas, pois era uma maneira de fomentar apoios – como se apontou a D. Leonor Teles–,¹⁷¹ e de agraciar donzelas, vassallos e outros, a quem deviam protecção. Todo este tipo de relações teceu várias teias de poder, unidas por comungarem da mesma origem/interesse, como se fosse um novelo de lã, que se distendeu ao longo de gerações e reinados. Foi neste contexto,

¹⁶⁸ Blanche de Bourbon usou a sua proximidade ao papa em Avignon, Inocêncio VI, para favorecer os seus servidores, e assim afirmar o seu papel político. Cañas Gálvez, “ ‘Muger bien fermosa’ ”, 26, 29-30, 40, 45, 47-50, 52.

¹⁶⁹ Dunn, *Ladies-in-Waiting*, 99.

¹⁷⁰ Narbona Cárceles, “Noblas Donas,” 97, n. 25.

¹⁷¹ Fernão Lopes mencionou que a rainha fez *muitos e bõos casamentos [...] por lhe averem todos boom desejo e nom cahir em sua mal-querença [...]*. Lopes, D. Fernando, cap. LXV.

que as linhagens e famílias abordadas neste estudo –Afonso, Pereira, Coutinho/Moura – permaneceram e se promoveram na corte régia.

Nos Pereira, entre o reinado de Afonso IV e de João I, houve priores, marechais e um Condestável do Reino; nos Moura/Coutinho, o título de marechal passou de pai para filho, com João I – sinalizando a tendência de passar entre gerações certos títulos e ofícios régios,¹⁷² como se notou também no Mosteiro de Santos, quando a comendadeira Joana Teles, meia-irmã da rainha Leonor Teles, sucedeu a sua mãe no dito ofício¹⁷³ e teceram-se casamentos ilustres, designadamente, com os Teles de Meneses e a realeza de Portugal e Castela. Nos Afonso, na Casa da Rainha D. Leonor Teles, houve mulheres, que se distinguiram como camareiras, aias, ou/e, por casarem com oficiais régios, ou com figuras da alta nobreza (como os Teles ou os Vasques d’Azevedo), e oficiais masculinos (que também serviram Fernando I).

No conjunto das mulheres observadas, cumpre-nos recordar três aspectos: o de marido e mulher servirem simultaneamente a Coroa (como Maria Afonso e o marido, Vasco Martins de Melo, que se tornaram aquando do casamento de D. Beatriz com Juan I, camareira-mor e copeiro-mor da nova rainha), facto notado em outras cortes europeias, como na de Pedro I de Castela (na Casa de sua mulher), e nas de Edward I a Edward III de Inglaterra (sécs. XIII-XIV);¹⁷⁴ o das rainhas passarem às filhas, quando nasciam ou casavam, algumas das suas oficiais ou/e moradoras (como Violante Afonso, dona da rainha Leonor Teles, que ficou aia da filha, quando esta casou); o de existirem, ou visitarem a casa da rainha, mulheres religiosas (como a sobredita comendadeira Joana Santos, ou Leonor Pereira, abadessa do Mosteiro de Vila do Conde, que supostamente casou com Gomes Freire). Ou seja, também nestes três tipos de situação se notou que o elo familiar funcionou como potenciador da continuidade e extensão do poder dos visados e suas linhagens.

Concluindo, reiteramos que pertencer à casa da rainha ou à casa do rei incrementava a mobilidade e ascensão social dos seus membros. A promoção fazia-se por via hereditária e/ou por se estar próximo do poder, fosse por serviço ao rei ou/e rainha, fosse por via de casamentos

¹⁷² À semelhança das terras da Coroa doadas hereditariamente a particulares (como o reguengo de Cantanhede e o couto de Leomil).

¹⁷³ Joel Silva Ferreira Mata, “D. Joana Teles de Meneses – a comendadeira que deixou o Mosteiro para casar com D. João Afonso Pimentel,” in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média* (Livraria Civilização, 2003), vol. II, 655, 657.

¹⁷⁴ Cañas Gálvez, “ ‘Muger bien hermosa’ ”, 29, 34, 58; Dunn, *Ladies-in-Waiting*, 88.

prestigiantes, conforme, aliás, foi notado em outros estudos.¹⁷⁵ Esta política atravessou gerações e reinados, e foi constatada em várias cortes europeias¹⁷⁶ e, em Portugal, nos Afonso, durante o reinado fernandino; nos Pereira e nos Moura/Coutinho, que atingiram grande notabilidade no reinado joanino, a qual se prolongou ao de D. Duarte, e até mesmo ao de Afonso V. A análise diacrónica deste estudo permitiu constatar estas progressões.¹⁷⁷

O conhecimento do oficialato feminino, que serviu e viveu nas duas casas, está irremediavelmente ligado aos estudos da nobreza e do oficialato régio masculino. Na verdade, só conhecendo o que fizeram os maridos, pais e irmãos das donzelas e donas da rainha é que percebemos o lugar que algumas ocuparam, sendo que houve casos em que elas se afirmaram de forma autónoma e vincada, como a aia Beatriz Gonçalves de Moura, embora, mesmo aqui, o seu passado familiar e as relações que teve a tivessem ajudado.

¹⁷⁵ José Mattoso, “The Medieval Portuguese Nobility,” in *The Historiography of Medieval Portugal (c.1950-2010)*, José Mattoso, dir. (Instituto de Estudos Medievais, 2012), 408-409; Dunn, *Ladies-in-Waiting*, 81.

¹⁷⁶ No final da Idade Média, a competição por posições na corte, levou a que um pequeno grupo de interconectadas famílias dominasse as casas reais, e se perpetuasse na corte. *Vide* o exemplo do serviço inter-geracional das famílias Mauley e Wingfield à corte régia inglesa, entre os séculos XIII e XV; ou da família Vaux. (Dunn, *Ladies-in-Waiting*, 79-80, 104-105, 112.) Em Castela, também famílias nobres, como os Estúñiga, dominaram, no início do séc. XV, o exercício de ofícios (aios/as, amas) muito chegados à família real. Narbona Cárceles, “Noblas Donas”, 96, 103-104.

¹⁷⁷ Mattoso (“The Medieval Portuguese Nobility”, 409) afirmou que a investigação sobre percursos familiares durante longos períodos permite verificar como funcionam na prática os diferentes processos de mobilidade social.

ESQUEMA GENEALÓGICO E TEMÁTICO DE ALGUNS MEMBROS DA CASA DO REI E DA CASA DA RAINHA DE PORTUGAL (FINAL DO SÉC. XIV-INÍCIOS DO SÉC. XV)¹⁷⁸

BLOCO I: AFONSO - GIL/ FONSECA/ ABREU/ MELO/ AZEVEDO/ TELES/ ANDEIRO/ COUTINHO

- Maria Afonso, “mulher de lopo gil nosso scpriuam da correçam d antre teio e odiana”¹⁷⁹

- Inês Dias Afonso, mulher de Pedro Rodrigues da Fonseca, alcaide de Olivença

- Mor Afonso, camareira da rainha D. Leonor Teles, e depois, camareira-mor da sua filha, Beatriz, quando casou com Juan I de Castela

- Leonor Afonso, aia do infante D. Dinis, filho de Pedro I de Portugal

- Violante Afonso, viúva de Diogo Gomes d’Abreu, que se tornou aia da infanta D. Beatriz, filha de Fernando I e D. Leonor Teles em 1383

- Inês Afonso, criada de Pedro I

- Leonor Afonso, criada de Fernando I

1. Maria Afonso (a sobredita Mor Afonso?), camareira-mor da infanta D. Beatriz c.c. Vasco Martins de Melo, guarda da porta do mar em Lisboa, guarda-mor e meirinho-mor no Algarve, copeiro-mor de D. Beatriz, etc; os dois geraram:

1.1. Martim Afonso de Melo

1.2. Gonçalo Vasques de Melo

2. Inês Afonso, mulher do fidalgo Gonçalo Vasques d’ Azevedo, 1º marechal do reino, primo da rainha D. Leonor Teles (pode ser a sobredita criada de Pedro I?), gerou com o marido:

2.1. Álvaro Gonçalves de Azevedo c.c. Sancha d’Andeiro

2.2. Leonor Gonçalves de Azevedo c.c. Gonçalo Vasques Coutinho, marechal

2.3. Martinho Gonçalves de Azevedo foi para Castela

2.3.1. João Gonçalves d’Azevedo

3. João Afonso, *o de Ataúde*, 6º senhor de Albuquerque e Maria Rodrigues Barba geraram [ver, neste ficheiro, Bloco IV- Teles, Grupo A, 1.2.1 b):

3.1. Maria Afonso c.c. Gonçalo Teles, conde de Neiva e senhor de Faria.

3.2. Fernando Afonso de Albuquerque, mestre de Santiago de Portugal (em 1381)

3.3. Brites de Albuquerque c.c. João Afonso Telo IV, irmão da rainha D. Leonor Teles, conde de Barcelos e almirante de Portugal

¹⁷⁸ Mencionamos, maioritariamente, neste apêndice os indivíduos invocados no artigo, “Teias de poder na Casa da Rainha de Portugal (séculos XIV- XV)”, o que significa que a parentalidade respectiva não está completa; indicamos, igualmente, outros sujeitos não tratados no artigo, para melhor compreensão da linhagem em questão. Partimos dos nomes de linhagem/família (Afonso, Pereira, Coutinho/Moura, Teles, Meira, Pimentel, Castro) para outros com quem os primeiros se consorciaram/ligaram, separando os dois conjuntos por um travessão. As referências bibliográficas que sustentam este apêndice estão no mencionado texto, à excepção das que aqui anotamos em nota de rodapé; a identificação completa destas últimas encontra-se nas fontes e bibliografia do artigo.

¹⁷⁹ CHDF, Liv. 1, fols. 96-96v. No final deste registo, a senhora legitimada foi denominada Maria Fernandes, o que nos parece resultar de um erro do escrivão.

BLOCO II: PEREIRA – GONÇALVES /VASCONCELOS /LOPES /RESENDE /CORREIA /FREIRE /MIRANDA

1. Conde D. Gonçalo Pereira, conde de Trastámara (?)¹⁸⁰

1.1. Rui Gonçalves Pereira (a sua mãe foi Marinha Vasques) c.c. Beringária Nunes Barreto

1.1.1. Álvaro Pereira,¹⁸¹ nomeado marechal do reino, em 1385, por D. João I c.c. Mécia Vasques Pimentel

1.1.1.1. João Álvares Pereira

1.1.1.1.1. Catalina Pereira c.c. João d'Albuquerque, cavaleiro da casa do infante D. Henrique

1.1.1.1.2. Fernando Pereira, escudeiro da casa do infante D. Duarte¹⁸²

1.1.1.1.3. Fernão Pereira

1.1.1.1.3.1. Rui Pereira, 1º conde de Feira

1.1.1.1.3.1.1. Diogo Pereira, 2º conde de Feira

1.1.1.2. Beatriz Pereira c.c. Martim Vasques de Resende¹⁸³

1.1.1.3. Leonor Pereira c.c. Gomes Freire

1.1.2. Rui Pereira, capitão da Nau Milheira

¹⁸⁰ Este conde era filho de Pedro Rodrigues de Pereira e de Estevaínha Ermígio da Teixeira, neto de Rodrigo Gonçalves da Palmeira e de Sancha Henriques de Portocarreiro, e bisneto de Gonçalo Rodrigues da Palmeira e de Foilhe Afonso. O referido conde D. Gonçalo Pereira casou duas vezes: a primeira vez com Urraca Vasques Pimentel, da qual teve Gonçalo Pereira, que foi arcebispo de Braga, e dom Vasco Pereira. Do segundo casamento com Inês Lourenço teve Estevaínha Gonçalves (que casou com João Rodrigues Pimentel). O dito arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira, filhou uma dona chamada Teresa Peres de Vilarinho (“Tareija Pirez Vilarinha”), de quem teve Álvaro Gonçalves de Pereira, prior do Hospital. “Livro do Deão”, 7B3 e 7B4, 21L14; “Livro de Linhagens do Conde D. Pedro”, vol. II/1, 21G10 a 21G14. José Augusto Sottomayor-Pizarro [em *Linhagens Medievais Portuguesas, Genealogias e Estratégias (1279-1325)*], dissertação de doutoramento em História da Idade Média, 2 vols. (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997), vol. II, 893-894] duvida que o referido D. Gonçalo Pereira tenha sido conde de Trastámara.

¹⁸¹ Álvaro Pereira, filho de Rui Gonçalves Pereira e de Berengária Nunes Barreto, neto do conde D. Gonçalo Pereira, era primo em primeiro grau do prior do Hospital, Álvaro Gonçalves Pereira, e em segundo grau de Nuno Álvares Pereira. Álvaro Pereira casou com Mécia Vasques Pimentel. Nas Cortes de Coimbra de 1385, João I nomeou os oficiais de sua casa, entre os quais, Álvaro Pereira, “Marechall da oste”. “Livro de Linhagens do Conde D. Pedro”, vol. II/1, 21J14, 21J15; Lopes, *D. João I*, II vol., cap. I.

¹⁸² Não temos a certeza se este Fernando Pereira não é Fernão Pereira mencionado em 1.1.1.1. 3.

¹⁸³ Martim era filho de Gil Vasques de Resende e de uma neta de Lopo Fernandes Pacheco. O nome/honra de Resende provinha da bisavó materna de Martim, Constança Martins de Resende, casada com Martim Vasques Pimentel. Este último fez recair sobre si a chefia da linhagem dos Resende, após partilha, algo, litigiosa com os sobrinhos da mulher; os bens desta última passaram, depois, aos seus filhos. Sousa, *Os Pimentéis*, 207-209, 211, 214.

- 1.2. Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga (a sua mãe foi Urraca Vasques Pimentel)
 - 1.2.1. Alvaro Gonçalves de Pereira, prior do Hospital, gerou:
 - 1.2.1.1. Leonor Pereira, que gerou:
 - 1.2.1.1.1. Maria de Vasconcelos, uma das donas da Casa da Rainha D. Leonor de Aragão (mulher de D. Duarte), que acompanhou a monarca na regência e exílio
 - 1.2.1.2. Violante Álvares Pereira, outra filha do referido prior do Hospital, recebeu mercês de D. Duarte.
 - 1.2.1.3. Rui Pereira¹⁸⁴ c.c. Violante Lopes, e receberam Montargil, vila que passou a herdeiros. Geraram filhas e filho:
 - 1.2.1.3.1. Berengária Nunes de Pereira c.c. Afonso Vasques Correia
 - 1.2.1.3.1.1. Diogo Pereira, criado de D. João I, governador da casa de seu filho, o infante D. João, e comendador-mor da Ordem de Santiago c.c. Maria de Resende, criada de D. João I
 - 1.2.1.4. Pedro Álvares, prior do Hospital (sucedeu no priorado ao pai)
 - 1.2.1.5. Nuno Álvares Pereira, Condestável de Portugal, c.c. Leonor d'Alvim¹⁸⁵
 - 1.2.2. Vasco Gonçalves de Pereira¹⁸⁶ c.c. Inês Lourenço da Cunha
 - 1.2.2.1. Rui Vasques de Pereira c.c. Maria Gonçalves de Berredo
 - 1.2.2.1.1. Leonor Gonçalves c.c. Aires Gonçalves de Figueiredo
 - 1.2.2.1.1.1. Genebra Pereira de Figueiredo c.c. Martim Afonso Miranda
 - 1.2.2.2. João Rodrigues de Pereira c.c. Maria da Silva (filha de Rui Mendes de Vasconcelos)
 - 1.2.2.2.1. Gonçalo Pereira, *o das Armas* c.c. Mécia de Miranda
 - 1.2.2.3. Joana Vasques c.c. Diogo Lopes Pacheco
 - 1.2.2.4. Aldonça Vasques de Pereira c.c. Pero Esteves de Coelho

Nota: os sobreditos Mécia de Miranda e Martim Afonso de Miranda eram filhos ilegítimos de Martim Afonso da Charneca (filho de Afonso Peres, escrivão da puridade de Fernando I), bispo de Coimbra (1386-98) e depois arcebispo de Braga (1398-1416).¹⁸⁷

¹⁸⁴ Este Rui Pereira, filho bastardo do dito prior do Hospital e de Iria Gonçalves, legitimado em 8 de Janeiro de 1375 (CHDF, Liv. 1, fols.159v.-160v.), é, segundo Gayo (*Nobiliário*, t. XXII, 171, 197) filho de Rui Gonçalves Pereira e de Berengária Nunes Barreto. Fernão Lopes identificou o referido Rui Pereira como tio de Nuno Álvares Pereira, quando Nuno contou a esse Rui o plano de colocar o Mestre como Defensor e Regedor do Reino, e de matar Andeiro (Lopes, *D. João I*, Primeira Parte, cap. IV). Rui Pereira pertenceu ao Conselho do Mestre de Avis e combateu a seu lado em diversas partes; foi capitão da nau Milheira, e morreu em combate na armada que veio do Porto socorrer Lisboa do cerco castelhano, em 1384, CHDJ I, vol. I, nº1, f. 12, doc. 95, p. 55; Lopes, *D. João I*, Primeira Parte, caps. IX, LI, LXXV, CXX, CXXII, CXXV, CXXXIII; Pero López de Ayala, “Crónica del Rey Don Juan, Primero de Castilla é de Leon”, *Crónicas de los Reyes de Castilla, Desde don Alfonso el Sábio, hasta los Católicos don Fernando y doña Isabel* (Madrid: Ediciones Atlas, 1953), II vol., 1384, cap. VIII.

¹⁸⁵ Lopes, *D. João I*, Primeira Parte, cap. XXXIII.

¹⁸⁶ “Livro de Linhagens do Conde D. Pedro”, vol. II/1, 21H14, 21I15; Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. II, 895-897; Gayo, *Nobiliário*, t. XXII, 189-190.

¹⁸⁷ Gomes, *A corte*, p. 52.

BLOCO III: COUTINHO/ MOURA - TELES / ANDRADE/ VILHENA/ NOROÑA/ NOGUEIRA/ ATAÍDE/ BRAGANÇA/ CASTRO/ CHICHORRO/ CUNHA/ AFONSO

1. Beatriz Gonçalves de Moura (BGM) c.c. Vasco Fernandes Coutinho (VFC), escudeiro de Pedro I de Portugal. Fernando I fez de Vasco seu meirinho-mor na Beira (de 1375 - 1383), em Pena Jóia (1375), e seu alcaide em Évora e Penedono:

1.1. Fernando Martins Coutinho (filho de BGM e VFC)

1.1.1. Beatriz Coutinho (neta de BGM e VFC) c.c. Pedro de Meneses, 2º conde de Viana, capitão de Ceuta e alferes-mor de D. Duarte

1.1.1.1. Isabel de Meneses (bisneta de BGM e VFC)

1.1.1.2. Aldonça de Meneses (bisneta de BGM e VFC) c.c. Rui Nogueira, alcaide-mor de Lisboa

1.1.1.3. Beatriz de Meneses (bisneta de BGM e VFC) c.c. Fernando de Noroña, conde de Vila Real.

1.2. Rui Vasques Coutinho (filho de BGM e VFC), recebeu de João I as terras de Vilar Maior e de Ferreira de Aves (6/1/1391 e 16/4/1398) c.c. Branca de Vilhena

1.2.1. João Rodrigues Coutinho (neto de BGM e VFC), filho de Rui e de dona Branca de Vilhena.

1.2.2. Margarida Coutinho (neta de BGM e VFC)

1.3. Gonçalo Vasques Coutinho (GVC; filho de BGM e VFC), copeiro-mor de D. Filipa de Lencastre, marechal do reino, desde 1387; senhor de Penedono. GVC c.c. 1º Leonor Gonçalves de Azevedo; e c.c. 2º dona Joana, filha do falecido Fernando Afonso de Albuquerque, mestre de Santiago de Portugal, embaixador joanino em Inglaterra entre 1385-1387.

Alguns dos filhos do 1º casamento de GVC:

1.3.1. Vasco Fernandes Coutinho (neto de BGM e VFC); D. Duarte fê-lo marechal do reino, e deu privilégio ao seu couto de Leomil

1.3.1.1. Filipa Coutinho (bisneta de BGM e VFC, e sobrinha de Isabel Fernandes Coutinho, priora do Mosteiro de Chelas) c.c. Lopo Afonso de Couros, escrivão da câmara de D. Duarte, e depois de Afonso V¹⁸⁸

1.3.2. Isabel Coutinho (neta de BGM e VFC); D. Duarte casou-a, em 1436, com Gomes Freire de Andrade, “nosso criado”.

1.3.3. Fernando Coutinho (neto de BGM e VFC), senhor de Leomil, marechal do reino c.c. Joana de Castro, filha Álvaro Gonçalves de Ataíde

1.3.4. Luís Coutinho (neto de BGM e VFC)

1.3.5. Filipa Coutinho (neta de BGM e VFC) foi 2ª mulher de Pedro de Meneses, conde de Viana, 1º capitão de Ceuta

1.4. Teresa Vasques Coutinho (filha de BGM e VFC), camareira-mor da rainha D. Filipa de Lencastre c.c. Martinho, filho do conde de Neiva, Gonçalo Teles

1.4.1. Beatriz de Meneses (neta de BGM e VFC), aia da rainha D. Isabel, mulher de Afonso V

¹⁸⁸ Felgueiras Gayo considera mais provável que Filipa Coutinho seja filha de Fernando Coutinho (filho do marechal Gonçalo Vasques Coutinho, neto de BGM e VFC e) e não de Vasco Fernandes Coutinho, seu irmão. Gayo, *Nobiliário*, t. X, 11 (N7), 15 (N8/9), 21 (N9); CHDD, vol. I, tº2, doc. 1288.

- 1.4.2. Fernando de Meneses (neto de BGM e VFC; herda dos pais o reguengo de Cantanhede, com permissão de João I).
- 1.5. Leonor Vasques (filha de BGM e VFC) c.c. Fernando de Bragança (Fernando, o *da Guerra*), um dos filhos bastardos do infante D. João, filho de Pedro I de Portugal, sobrinho, portanto, de D. João I.
- 1.6. Mécia Vasques (filha de BGM e VFC) c.c. Martim Gonçalves de Ataíde. No reinado joanino, Mécia integrou a casa de Filipa de Lencastre. Os seus filhos serviram a Coroa:
- 1.6.1. Álvaro Gonçalves de Ataíde (neto de BGM e VFC) foi primeiro conde de Atouguia, membro do Conselho de João I e governador da Casa do Infante D. Pedro, seu filho.
- 1.6.2. Vasco Fernandes de Ataíde (neto de BGM e VFC), morador na casa de João I de Portugal, vedor da casa do infante D. Henrique, faleceu, sem deixar descendentes.
- 1.6.3. D. Isabel de Ataíde (neta de BGM e VFC), mulher de Fernando de Castro, governador da casa do Infante D. Henrique;
- 1.6.4. Helena de Ataíde (neta de BGM e VFC), mulher de Pedro Vaz da Cunha, segundo senhor de Angeja e de Pinheiro.
- 1.6.5. Filipa Vasques de Ataíde (neta de BGM e VFC, serviu na casa de D. Filipa de Lencastre), mulher de Gonçalo Eanes de Sousa Chichorro¹⁸⁹
- 1.6.6. Catarina Vasques de Ataíde (neta de BGM e VFC, serviu na casa de D. Filipa de Lencastre).
2. Álvaro Gonçalves de Moura (AGM), irmão de Beatriz Gonçalves de Moura
- 2.1. Leonor Gonçalves de Moura, sobrinha de BGM e VFC, c.c. Gil Vasques da Cunha.
- 2.2. Beatriz de Moura (provável filha de AGM, sobrinha de BGM?) c.c. Diogo Nunes Pereira, de Serpa, senhor de Celorico de Basto
3. Maria Vasques (provável tia, sobrinha ou filha de BGM), ama da casa de D. Filipa de Lencastre, e ama de João I.
4. Isabel Fernandes de Moura

BLOCO IV: TELES – SÁNCHEZ/ VILALOBOS/ PACHECO/ TELES/ COUTINHO/ SANCHES/ BARBA/ VALADARES/ VASCONCELOS/ COUTINHO/ PACHECO/ CASTRO/ SOUSA/ MARTINS/ PIMENTEL/PORTOCARREIRO

1. Tello Pérez, 1º senhor de Meneses (5º avô da rainha D. Leonor Teles)¹⁹⁰
- 1.1 Afonso Téllez, 2º senhor de Meneses, 1º senhor de Albuquerque (c. 1218), c.c. a) Elvira Rodrigues Giroa; b) Teresa Sanches, filha de Sancho I de Portugal (4ºs avós da rainha D. Leonor Teles)

¹⁸⁹ Vide doação de João I a *gonçal eannes de sousa e a filipa de taide* dos bens de Álvaro Gonçalves Camelo, prior do Hospital, que os perdeu porque *foe pera castella em deserujço do dicto senhor etc*, 3/5/1400, CHDJ I, vol. II, nº3, doc. 1342.

¹⁹⁰ Os 12ºs avós de D. Leonor Teles foram o rei Fruella II de Leão e Galiza, e a sua mulher D. Nunilo Ximena, filha do rei de Navarra, Sancho Garcez, e de sua mulher, Toda Asnares. [António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tº I, reedição da edição de 1946, Coimbra, Livraria Bertrand (QuidNovi/Público/Academia Portuguesa de História, 2007), 259]. Para a linhagem dos Teles, seguimos igualmente o que consta no presente artigo, e também em Freire, *Brasões*, vol. I, 105-110; Baleiras, *Uma rainha inesperada*, 30-33, 450-451.

- 1.1.1. a) Afonso Téléz de Córdoba, 3º senhor de Meneses
 - 1.1.1.1. a) Maria Afonso, senhora de Meneses c.c. 2º Infante Alfonso de Molina
 - 1.1.1.1.1. a) Maria de Molina, rainha de Castela, bisavô do rei Pedro I de Castela, c.c. Sancho IV de Castela ¹⁹¹
- 1.1.2. b) João Afonso I, 2º senhor de Albuquerque, trisavô da rainha D. Leonor Teles
 - 1.1.2.1. b) Rodrigo Anes, 3º senhor de Albuquerque, c.c. Teresa Martins
 - 1.1.2.1.1. b) João Afonso II, 4º senhor de Albuquerque, 1º conde de Barcelos (segue, abaixo, em Grupo A)
 - 1.1.2.2. b) Gonçalo Anes Raposo (bisavô da rainha D. Leonor Teles) c.c. Urraca Fernandes de Lima
 - 1.1.2.2.1. b) Afonso Martins Telo (segue, abaixo, em Grupo B)

Grupo A:

- 1. João Afonso Telo II, 4º senhor de Albuquerque, 1º conde de Barcelos e tio-avô da rainha D. Leonor Teles c.c. Teresa Sánchez, filha bastarda do rei Sancho IV de Castela, geraram:
 - 1.1. Teresa Sánchez c.c. Rui Gil de Vilalobos geraram
 - 1.1.1. Maria de Vilalobos, testamenteira do seu primo, João Afonso, 6º senhor de Albuquerque c.c. Lopo Fernandes Pacheco, O casal gerou:
 - 1.1.1.1. Guiomar Lopes Pacheco c.c. João Afonso Telo III, *conde velho*, tio da rainha D. Leonor Teles. Tiveram geração, ver abaixo Grupo B.
 - 1.2. Teresa Martins de Telo (dita Teresa Martins de Meneses), 5ª senhora de Albuquerque c.c. Afonso Sanches, filho bastardo do rei D. Dinis de Portugal, geraram:
 - 1.2.1. a) João Afonso, *o de Ataúde*, 6º senhor de Albuquerque (mordomo-mor da rainha de Castela, D. Maria de Portugal, e de seu filho, o rei Pedro I de Castela, de quem também foi aio, conselheiro e alferes) c.c. Isabel de Meneses (ou Isabel Teles de Molina). O casal gerou:
 - 1.2.1.1. a) Martinho Gil, 7º senhor de Albuquerque (morto por Pedro I de Castela sem sucessão).
 - 1.2.1. b) João Afonso, *o de Ataúde*, 6º senhor de Albuquerque e Maria Rodrigues Barba geraram:
 - 1.2.1.1. b) Maria Afonso c.c. Gonçalo Teles, conde de Neiva e senhor de Faria (ver abaixo grupo B, 1.1.2.).
 - 1.2.1.2. b) Brites de Albuquerque c.c. João Afonso Telo IV, irmão da rainha D. Leonor Teles, conde de Barcelos e almirante de Portugal
 - 1.2.1.3. b) Fernando Afonso de Albuquerque, mestre de Santiago de Portugal, e embaixador do Tratado de Windsor
 - 1.2.1.3.1. b) Loria, dita dona Joana (por ser neta de João Afonso de Albuquerque, *o de Ataúde*) c.c. Gonçalo Vasques Coutinho, marechal de Portugal

Grupo B

- 1. Afonso Martins de Telo c.c. Berenguela Lourenço de Valadares (irmã da mãe de D. Inês de Castro) geraram:
 - 1.1. a) Martim Afonso Telo c.c. Aldonça de Vasconcelos (pais da rainha D. Leonor Teles), que geraram:
 - 1.1.1. João Afonso Telo IV, 6º conde de Barcelos, c.c. Brites de Albuquerque

¹⁹¹ A casa de Meneses acabou por ser integrada na Coroa de Castela, com o sobredito Pedro I, por extinção da linha primogénita. Freire, *Brasões*, vol. I, 106.

- 1.1.2. Gonçalo Teles, conde de Neiva, c.c. Maria Afonso de Albuquerque geraram:
 - 1.1.2.1. Martinho de Meneses c.c. Teresa Vasques Coutinho
 - 1.1.2.2. Inês de Meneses c.c. João Fernandes Pacheco, filho de Diogo Lopes Pacheco
- 1.1.3. Maria Teles c.c. 1º Álvaro Dias de Sousa c.c. 2º Infante D. João de Portugal (Castro)
- 1.1.4. Leonor Teles c.c. 1º João Lourenço da Cunha; o casal gerou dois filhos, mas só um sobreviveu:
 - 1.1.4.1. Álvaro da Cunha
- 1.1.4. Leonor Teles c.c. 2º Fernando I de Portugal geraram
 - 1.1.4.1. Beatriz de Portugal c.c. Juan I de Castela
- 1.1. b) Martim Afonso Telo e D. Senhorinha Martins, comendadeira de Santos, geraram:
 - 1.1.1. Joana Teles, comendadeira de Santos c.c. João Afonso Pimentel
- 1.2. João Afonso Telo III, conde de Barcelos e de Ourém (*conde velho*) c.c. Guiomar Lopes Pacheco. O casal gerou:
 - 1.2.1. Afonso Telo
 - 1.2.2. João Afonso Telo V (primo da rainha D. Leonor Teles), 1º conde de Viana c.c. Mor Portocarreiro, que geraram:
 - 1.2.2.1. Pedro de Meneses, 2º conde de Viana, 1º capitão de Ceuta, 1º conde de Vila Real, alferes-mor de D. Duarte¹⁹² c.c. Beatriz Coutinho.
 - 1.2.3. Leonor de Meneses c.c. Pedro de Castro (filho do conde Álvaro Pérez de Castro, ver, abaixo, Bloco VII, 1.1.4.)

BLOCO V: MEIRA- SOUSA/ ALBERGARIA/ LOURENÇO

- Teresa de Meira, aia da infanta D. Beatriz, filha de D. Leonor Teles, c.c. Fernando Gonçalves de Sousa (alcaide do castelo de Portel).
- Mécia Rodríguez de Meira, filha de Pai de Meira e Leonor Rodríguez c.c. Lopo Soares d'Albergaria; foi abadessa do mosteiro do Lorvão.
- Fernando Gonçalves de Meira c.c. Branca Lourenço, filha do arcebispo de Braga D. Lourenço.

BLOCO VI: PIMENTEL – BARRETO/ TELES

- 1. Isabel Fernandes Pimentel
 - 1.1. Beatriz Fernandes c.c. Gonçalo Nunes Barreto (luta por Cernache)
 - 1.1.1. Diogo Gonçaves
- 2. João Afonso Pimentel c.c. Joana Teles, irmã da rainha D. Leonor Teles e comendadeira de Santos

¹⁹² Pedro de Meneses foi *Conde de Ilhão em Castela donde o fez conde a Rainha D. Brites m.er do Rey D. João 1º de Castella*. O fidalgo casou quatro vezes: a primeira, com Margarida, filha do arcebispo de Braga, D. Martinho de Miranda; a segunda, com Filipa Coutinho, filha do marechal Gonçalo Vasques Coutinho; a terceira, com Beatriz Coutinho, filha de Fernando Martins Coutinho, senhor de Mafra, e irmão do dito marechal; a quarta, com Genebra, filha do almirante Courelos Pessanha. Gayo, *Nobiliário*, t. XVIII, 199, N9.

BLOCO VII: CASTRO – VALADARES/ PONCE/ TELES/ CASA REAL DE PORTUGAL

1. Pedro Fernández de Castro, *o da guerra*, c.c. Aldonça Lourenço de Valadares (irmã da avó paterna de D. Leonor Teles, D. Berenguela Lourenço de Valadares) geraram:

1.1. Álvaro Pérez de Castro conde de Arraiolos e de Viana c.c. Maria Ponce

1.1.1. Isabel de Castro, moradora da rainha D. Leonor Teles: possui casa e é chamada de “dona”; João Afonso Telo IV, irmão da rainha D. Leonor Teles, é seu “apaixonado”; convive com o infante D. João, seu primo.

1.1.2. Beatriz de Castro: integrou a Casa da Rainha D. Leonor Teles e a Casa da infanta D. Beatriz, sua filha; serviu o Mestre de Avis, que lhe deu uma pensão; foi donzela da Casa de Filipa de Lencastre, mas acabou por ser ostracizada pelo seu amor a Fernando Afonso, camareiro de João I, que morreu queimado por ordem régia, tendo ela depois partido para Castela.

1.1.3. Afonso de Castro

1.1.4. Pedro de Castro c.c. Leonor de Meneses (filha dos condes de Ourém e Barcelos, João Afonso Telo III e Guiomar Lopes Pacheco)

1.2. Inês de Castro c.c. Pedro I de Portugal

1.2.1. Infante D. João

1.2.2. Infante D. Dinis

1.2.3. Infanta D. Beatriz.

BIBLIOGRAFIA**Fontes impressas**

Alfonso X, el Sabio. *Las Siete Partidas*, ed. Imprenta Real, 1807. Madrid: Real Academia de la Historia, 2021.

Chancelarias Portuguesas, D. Afonso IV, ed. A.H. de Oliveira Marques e Teresa Ferreira Rodrigues. Vol II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1992.

Chancelarias Portuguesas, D. Duarte, org. e revisão de João José Alves Dias, transcrição e revisão de Pedro Pinto e outros. Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, vol. I, 1998; vol. II, 1999; vol. III, 2002.

Chancelarias Portuguesas, D. João I, Chancelaria de D. João I, 5 vols., ed. João José Alves Dias, transcrição de Pedro Pinto e outros, revisão de A.H. de Oliveira Marques, João José Alves Dias e outros. Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2004 a 2006, 2023.

Chancelarias Portuguesas, Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367), ed. A.H. de Oliveira Marques, transcrições A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e de Maria José Pimenta Ferro Tavares; revisão de A. H. de Oliveira Marques, João José Alves Dias, Judite Cavaleiro Paixão e de Teresa Ferreira Rodrigues. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa- Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984.

Lopes, Fernão. *Crónica de D. Fernando*, edição crítica, introdução e índices de Giuliano Macchi. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1975.

Lopes, Fernão. *Crónica de D. João I*, edição crítica e notas de Teresa Amado com a colaboração de Ariadne Nunes, Carlota Pimenta e Mário Costa. Primeira Parte. Lisboa: Imprensa Nacional-Centro de Estudos Comparatistas, 2017.

Lopes, Fernão. *Crónica de D. João I*, II volume, edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto. Porto: Editora Livraria Civilização, 1990.

López de Ayala, Pero. “Crónica del Rey Don Juan, Primero de Castilla é de Leon.” In *Crónicas de los Reyes de Castilla, Desde don Alfonso el Sábio, hasta los Católicos don Fernando y doña Isabel*. Vol. II. Madrid: Ediciones Atlas, 1953.

Monumenta Henricina. Vol. I. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

Portugalliae Monumenta Historica, “Livros Velhos de Linhagens”, edição crítica de Joseph Piel e José Mattoso. Vol. I. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1980.

Portugalliae Monumenta Historica, “Livro de Linhagens do Conde D. Pedro,” edição crítica de José Mattoso. Vols. II/I e II/2. Lisboa:

Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1980.

“Privilegio e ordenança dos besteiros de cavallo”, transcrição de João Nisa. In *Fragmenta Historica. Revista do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa*, no. 9. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2021: 113-116.

https://www.academia.edu/67538179/Privilégio_e_ordenança_dos_besteiros_de_cavalo_1419

Zurara, Gomes Eanes de. “Chronica do Conde D. Pedro de Meneses.” In José Corrêa da Serra, *Collecção de Inéditos de Historia Portugueza dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V., e D. João II*. Tº II. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1792.

Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1992.

Bibliografia

Arnaut, Salvador Dias. *A Crise Nacional dos Fins do século XIV, I, A sucessão de D. Fernando*, 2 vols. Dissertação de doutoramento em História. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, vol. II, 1960.

<https://hdl.handle.net/10316/12536>.

Baleiras, Isabel de Pina. *Fernando I de Portugal (1367-1383): Prática e Consciência de Poder*, 2 vols. Tese de doutoramento em História, especialidade em História Medieval. Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras, 2025.

<https://researchportal.ulisboa.pt/pt/studentTheses/fernando-i-de-portugal-1367-1383/> <https://hdl.handle.net/10400.5/116868>

Baleiras, Isabel de Pina. “Love, Calumnies, Murders, War, Ambition, and Survival at the Court of King Fernando and Queen Leonor Teles of Portugal (1367-1384).” In *Royal and Elite Households, More than Just a Castle*, ed. Theresa Earenfight, 248-270. Leiden/Boston: Brill, 2008. https://doi.org/10.1163/9789004360761_012

Baleiras, Isabel de Pina. *Uma rainha inesperada, Leonor Teles*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.

Beauchamp, Alexandra. “Les ‘Ordinacions de la Casa i Cort’ de Pierre IV d’Aragon et le Nombre des Serviteurs Royaux.” In *Les Entourages Princiers à la Fin du Moyen Âge. Une Approche Quantitative*, dir. Alexandra Beauchamp, 43-56. Madrid: Casa de Velázquez, 2013.
<https://doi.org/10.4000/books.cvz.17649>

Benevides, Francisco da Fonseca. *As Rainhas de Portugal*, reedição do texto de 1878-1879. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

Cañas Gálvez, Francisco de Paula. “«Muger bien fermosa é del linaje del rey de Francia de la flor de lis». Blanca de Borbón y su casa: oficiales, redes curiales y representación del poder real en la Castilla de mediados del siglo XIV (1353-1361).” *POTESTAS*, no. 28 (2026): 11-64. <https://doi.org/10.6035/potestas.9234>

Cañas Gálvez, Francisco da Paula. “Structure et organization de la maison du roi de Castille pendant la seconde moitié du XIV siècle – Les majordomes et la chambre royale de Jean I.” In *Les Entourages Princiers à la Fin du Moyen Âge. Une Approche Quantitative*, dir. Alexandra Beauchamp, 113-129. Madrid: Casa de Velázquez, 2013.
<https://doi.org/10.4000/books.cvz.17689>

Clark, Nicola. “Queen Katherine Howard: Space, Place, and Promiscuity Pre-and Post Marriage, 1536-1541.” *Royal Studies Journal (RSJ)* 6, no. 2 (2019): 89-103. <https://doi.org/10.21039/RSJ.202>.

Dunn, Caroline e Elizabeth Carney. “Introduction: Royal Women and Dynastic Loyalty.” In *Royal Women and Dynastica Loyalty*, ed. Caroline Dunn e Elizabeth Carney, 1-17. New York: Palgrave Macmillan, 2018. https://doi.org/10.1007/978-3-319-75877-0_1

Dunn, Caroline. *Ladies-in-Waiting in Medieval England*. Cambridge: Cambridge University Press, 2024.
<https://doi.org/10.1017/9781009456975>

Faro, Jorge. *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Centro de Estudos Económicos, 1965.

Fernandes, Fátima Regina. “As potencialidades da função da Aia na Baixa Idade Média.” *Estudios de Historia de España* VII (2005): 77-96.

Fernandes, Fátima Regina. “O Modelo de ‘Criatio’ Régio e Senhorial em Portugal (Século XIV).” In *Anais da XXIII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*, 179-185. Curitiba: Secretaria Estadual de Educação do Paraná, 2004.

Franco Silva, Alfonso, y Jose António Garcia Lujan. “Los Pacheco. La Imagen Mítica de un Linaje Portugués em Tierras de Castilla.” In *Actas das II Jornadas Luso Espanholas de História Medieval*, vol. III, 943-991. Porto: Centro de Estudos da Universidade do Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989.

Freire, Anselmo Braamcamp. *Brasões da Sala de Sintra*, vol. I. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921.

Gayo, Felgueiras, Manuel José da Costa. *Nobiliário de Famílias de Portugal*, 12 vols., Impressão Diplomática do Original Manuscrito Existente na Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, ed. Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araujo Affonso. Braga: Tipografia Augusto Costa & C^a Lda., 1938 (tomos III, X e XII), 1939 (tomos XI, XIII, XVIII), 1940 (tomos XXI, XXII).

Gomes, Rita Costa. *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Carnaxide: Difel, 1995.

Gomes, Rita Costa. “Les déplacements de la cour portugaise.” *e-Spania* [En ligne], 8 | décembre 2009, mis en ligne le 18 décembre 2009, consulté le 31 mars 2026. <https://doi.org/10.4000/e-spania.18853>

Mata, Joel Silva Ferreira. “D. Joana Teles de Meneses – a comendadeira que deixou o Mosteiro para casar com D. João Afonso Pimentel.” In *Os Reinos Ibéricos na Idade Média*, Luís Adão da Fonseca, Luís

Carlos Amaral, y Maria Fernanda Ferreira Santos (coord.), vol. II, 653-658. Porto: Livraria Civilização, 2003.

Mattoso, José. “A Nobreza Medieval Portuguesa No Contexto Peninsular.” *História, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* 15, no. 2 (2019): 1019-1044.
<https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5507>

Mattoso, José. “The Medieval Portuguese Nobility.” In *The Historiography of Medieval Portugal (c.1950-2010)*, dir. José Mattoso, eds. Maria de Lurdes Rosa, Bernardo Vasconcelos e Sousa, e Maria João Branco, 401-423. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2012.

Mendonça, Manuela. “Prefácio.” In *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*, 1ª ed. Lisboa: Academia Portuguesa da História e Quidnovi, 2011.

Narbona Cárceles, María. “De la casa de la senyora reyna. L’entourage domestique de Marie de Castille, épouse d’ Alphonse le Magnanime (1416-1458).” In *Les entourages princiers à la fin du Moyen Âge. Une approche quantitative*, dir. Alexandra Beauchamp, 151-167. Madrid: Casa de Velázquez, 2013. <https://doi.org/10.4000/books.cvz.17709>

Narbona Cárceles, María. “Noblas donas. Las mujeres nobles em la casa de la reina de Aragón (1416-1458).” *STVDIVM. Revista de Humanidades* 15 (2009): 89-113.

Neves, João António Mendes. *A “Formosa Chancelaria” – Estudo dos originais da Chancelaria de D. Fernando (1367-1383)*. Dissertação de mestrado em História de Idade Média. Universidade de Coimbra - Faculdade de Letras, 2005.
https://www.academia.edu/85045908/A_Formosa_Chancelaria?f_r=1937626.

Olaia, Inês. “*Pela Graça de Deus Rainha de Portugal*”: *Funções e Práticas da Reginalidade no Portugal Medieval*. Tese de doutoramento em História, especialidade em História Medieval.

Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras, 2025.

<http://hdl.handle.net/10400.5/102687>

Oliveira, Luís Filipe de. *A casa dos Coutinho: Linhagem, espaço e poder (1360-1452)*. Cascais: Patrimonia Historica, 1999.

Oliveira Marques, A.H. de. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, dir. de Joel Serrão, e A.H. de Oliveira Marques, 1ª ed. vol. IV. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

Olivera Serrano, César. *Beatriz de Portugal, la pugna dinástica Avis-Trastámara*, Anexo XXXV de Cuadernos de Estudios Gallegos. Santiago de Compostela: Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento, 2005.

Pelaz Flores, Diana. “La Casa de la reina en la Península Ibérica en el siglo XIV. El ejemplo de Leonor de Castilla, reina de Aragón.” *Revista Escuela de Historia* 16/1 (2017).

<https://www.researchgate.net/publication/323110179>

Pelaz Flores, Diana. “Historia de las Mujeres em el siglo XXI a través del estudio de la Reginalidad Medieval.” *Revista de Historiografía (RevHisto)* 22 (2015): 101-127. [https://e-](https://e-revistas.uc3m.es/index.php/REXHISTO/article/view/2648)

[revistas.uc3m.es/index.php/REXHISTO/article/view/2648](https://e-revistas.uc3m.es/index.php/REXHISTO/article/view/2648)

Pelaz Flores, Diana. ‘*Reynante(s) em Uno*’. *Poder y representación de la reina en la Corona de Castilla durante el siglo XV*. Tese de doutoramento em Europa e o Mundo Atlântico: Poder, Cultura e Sociedade. Universidad de Valladolid/Instituto Universitario de Historia Simancas, 2015. <http://uvadoc.uva.es/handle/10324/39237>

Rodrigues, Ana Maria S. A. *As tristes rainhas, Leonor de Aragão e Isabel de Coimbra*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.

Rodrigues, Ana Maria S. A. *For the Honor of Her Lineage and Body: the Dowry and Dowries of Some Late Medieval Queens of Portugal*. vol. 5, number 1, 2007.

Rodrigues, Ana Maria S. A., e Manuela Santos Silva. "Private properties, seigniorial tributes and jurisdictional rents: the income of the Queens of Portugal in the Middle Ages." In *Women and Wealth in Late Medieval Europe*, ed. by Theresa Earenfight, 209-228. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

https://doi.org/10.1057/9780230106017_12

Ruiz Domingo, Lledó. "Surrounding the Future Queen of the Crown of Aragon: Violante de Bar's Household as Duchess of Girona (1384-1385)." *Royal Studies Journal (RSJ)* 10, no. 1 (2023): 96-135.

<https://doi.org/10.21039/rsj.398>

Sáiz Serrano, Jorge. "Accompagner et servir le prince – Structure et fonctionnement de la maison royale d'Alphonse V d'Aragon." In *Les entourages princiers à la fin du Moyen Âge. Une approche quantitative*, dir. Alexandra Beauchamp, 131-149. Madrid: Casa de Velázquez 2013. <https://doi.org/10.4000/books.cvz.17699>

Silleras Fernández, Núria. "'Queenship' en la Corona de Aragón en la Baja Edad Media: estudio y propuesta terminológica." *'La Corónica', a Journal of Medieval Spanish Language and Literature* 32/1 (2003): 119-133. <https://doi.org/10.1353/cor.2003.0018>

Sousa, António Caetano de. *História genealógica da casa real portuguesa*, t. I, reedição da edição de 1946, Lisboa: QuidNovi/ Público/ Academia Portuguesa de História, 2007.

Sousa, Bernardo Vasconcelos e. "Linhagem e identidade social na nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)." *Hispania. Revista Española de Historia* LXVII, no. 227 (2007): 881-898. <https://doi.org/10.3989/hispania.2007.v67.i227.65>.

Sousa, Bernardo Vasconcelos e. *Os Pimentéis: Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

Silva, Manuela Santos. *A rainha inglesa de Portugal Filipa de Lencastre*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.

Silva, Manuela Santos. “Os Primórdios da Casa das Rainhas de Portugal.” In *Raizes medievais do Brasil moderno*, Actas, 2 a 5 de Novembro 2007, 27-41. Lisboa: Academia Portuguesa da História, Centro de História da Universidade de Lisboa, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008.

Silva, Manuela Santos. “Princess Isabel of Portugal: First Lady in a Kingdom without a Queen (1415-1428).” In *Queenship in the Mediterranean. Negotiating the Role of the Queen in the Medieval and Early Modern Eras*, edição de Elena Woodacre, 191-205. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

https://doi.org/10.1057/9781137362834_10

Silva, Manuela Santos. “The Portuguese Household of an English Queen: Sources, Purposes, Social Meaning (1387-1415).” In *Royal and Elite Households in Medieval and Early Modern Europe, More than Just a Castle*, ed. por Theresa Earenfight, 271-287. Boston: Brill, 2018.

https://doi.org/10.1163/9789004360761_013

Silva, Manuela Santos. “Regal Power and the Royal Family in a Thirteenth-Century Iberian Legislative Programme.” In *The Routledge History of Monarchy*, ed. Elena Woodacre, Lucinda H.S. Dean, Chris Jones, Russell E. Martin, Zita Eva Rohr, 70-88. Abingdon: Routledge, Taylor & France Group, 2019.

<https://doi.org/10.4324/9781315203195-5>

Silva, Mariana Raquel Faria da Silva. “As mulheres que acompanharam as rainhas de Portugal. Os séquitos femininos de Leonor Teles, Filipa de Lencastre e Leonor de Aragão (1371-1445).” In *Omni Tempore – Atas dos encontros da primavera 2020*, 143-176. Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2021). <https://doi.org/10.21747/978-989-8969-96-5/omni6a5>.

Sottomayor-Pizarro, José Augusto de. “A família e o parentesco na historiografia sobre a nobreza medieval portuguesa – um olhar.” *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais* (2020): 145-169.

<https://doi.org/10.21747/21839301/gua5a5>.

Sottomayor-Pizarro, José Augusto de. *Linhagens Medievais Portuguesas, Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 2 vols. Dissertação de doutoramento em História da Idade Média. Universidade do Porto - Faculdade de Letras, 1997. <http://hdl.handle.net/10216/18023>.

Soveral, Manuel Abranches de, e Manuel Lamas de Mendonça. *Ensaio sobre a Origem dos Resende/Sodré*. In Separata da Revista *Armas e Troféus, Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*, IX série, 97-176. Lisboa: Instituto Português de Heráldica, 2008.